

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

06/07/2020 18:10

Preço da Hora Bahia permite fazer listas de compras com até 40 itens no app

Estar com uma lista de compras em mãos mas não ter tempo e muito menos disposição para sair em busca dos melhores preços para cada item em meio à pandemia é uma questão que se resolve em poucos minutos com o aplicativo Preço da Hora Bahia, que permite fazer listas de até 40 itens, contendo, por exemplo, remédios, produtos alimentícios, produtos de limpeza e outras que o usuário desejar.

Lançado em abril pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), o aplicativo pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Google Play, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br. É possível pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

Para fazer a relação de itens personalizada, basta abrir o app, clicar na opção "Lista", localizada na barra inferior da tela, apertar "Nova Lista" e informar um nome para esta relação, que pode ser, por exemplo, Mercado, Farmácia, Churrasco, entre outros. Com a lista criada, retorne à tela inicial do app e pesquise um produto que você deseja incluir. No produto desejado clique no botão "Adicionar à lista", representado pelo ícone do carrinho de compras com o sinal de positivo, e selecione a lista na qual você quer incluir o produto. Faça isto para cada produto e você terá sua lista preenchida. Você também pode editar a lista, para alterar a quantidade de unidades de cada produto, ou para excluir um produto.

Na hora de pesquisar, basta ir para "Listas", escolher a lista desejada e selecionar "Processar". Rapidamente o app fará a pesquisa, apontando os cinco estabelecimentos com melhores preços e também as mercadorias encontradas e não encontrados em cada local. A ferramenta também faz a totalização do valor das compras.

Pesquisa por item

Para uma simples pesquisa de preços por item, basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, clicando na opção "Código de Barras", que fica na barra inferior da tela. Além de permitir a consulta a itens muito procurados no atual momento, como máscaras de proteção e álcool em gel, a ferramenta destaca em especial a pesquisa de preços de medicamentos e combustíveis. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. Antes de se deslocar, não esqueça de confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes.

Outra função muito útil do app, que permite aos consumidores baianos economizarem e ficarem o mínimo possível de tempo na rua em tempos de pandemia, é a que apresenta um mapa apontando os três estabelecimentos com os preços mais baixos por produto na região delimitada pelo usuário, que pode ter o raio de um a trinta quilômetros. Vale lembrar que o raio busca em linha reta a partir da sua localização, mas a distância do trajeto será um pouco superior em função do traçado das ruas.

Usuários aprovam

O Preço da Hora Bahia vem sendo aprovado pelos usuários, com mais de duas mil manifestações registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, a maioria em tom de aprovação. "O app é uma 'mão na roda', consegui economizar mais de 300 reais entre mercado e gasolina só em uma semana", destaca, na Apple Store, o usuário que assina @RenatoPrazeres123 e atribui cinco estrelas à ferramenta.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

Fonte: Ascom/ SefazBA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Veículo: Informe Baiano	Página: Online
Data: 06/07/2020	Caderno: --



Preço da Hora Bahia permite fazer listas de compras com até 40 itens no app



6 de julho de 2020 - 21:00

Estar com uma lista de compras em mãos mas não ter tempo e muito menos disposição para sair em busca dos melhores preços para cada item em meio à pandemia é uma questão que se resolve em poucos minutos com o [aplicativo](#) Preço da Hora Bahia, que permite fazer listas de até 40 itens, contendo, por exemplo, remédios, produtos alimentícios, produtos de limpeza e outras que o usuário desejar.

Lançado em abril pelo Governo do Estado, por meio **da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, o aplicativo pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Google Play, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br. É possível pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

Para fazer a relação de itens personalizada, basta abrir o app, clicar na opção "Lista", localizada na barra inferior da tela, apertar "Nova Lista" e informar um nome para esta relação, que pode ser, por exemplo, Mercado, Farmácia, Churrasco, entre outros. Com a lista criada, retorne à tela inicial

do app e pesquise um produto que você deseja incluir. No produto desejado clique no botão "Adicionar à lista", representado pelo ícone do carrinho de compras com o sinal de positivo, e selecione a lista na qual você quer incluir o produto. Faça isto para cada produto e você terá sua lista preenchida. Você também pode editar a lista, para alterar a quantidade de unidades de cada produto, ou para excluir um produto.

Na hora de pesquisar, basta ir para "Listas", escolher a lista desejada e selecionar "Processar". Rapidamente o app fará a pesquisa, apontando os cinco estabelecimentos com melhores preços e também as mercadorias encontradas e não encontrados em cada local. A ferramenta também faz a totalização do valor das compras.

Pesquisa por item

Para uma simples pesquisa de preços por item, basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, clicando na opção "Código de Barras", que fica na barra inferior da tela. Além de permitir a consulta a itens muito procurados no atual momento, como máscaras de proteção e álcool em gel, a ferramenta destaca em especial a pesquisa de preços de medicamentos e combustíveis. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. Antes de se deslocar, não esqueça de confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes.

Outra função muito útil do app, que permite aos consumidores baianos economizarem e ficarem o mínimo possível de tempo na rua em tempos de pandemia, é a que apresenta um mapa apontando os três estabelecimentos com os preços mais baixos por produto na região delimitada pelo usuário, que pode ter o raio de um a trinta quilômetros. Vale lembrar que o raio busca em linha reta a partir da sua localização, mas a distância do trajeto será um pouco superior em função do traçado das ruas.

Usuários aprovam

O Preço da Hora Bahia vem sendo aprovado pelos usuários, com mais de duas mil manifestações registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, a maioria em tom de aprovação. "O app é uma 'mão na roda', consegui economizar mais de 300 reais entre mercado e gasolina só em uma semana", destaca, na Apple Store, o usuário que assina @RenatoPrazeres123 e atribui cinco estrelas à ferramenta.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas

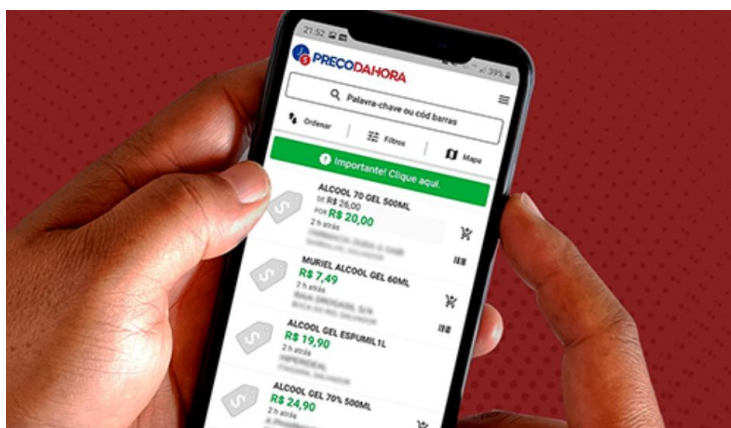
fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

Veículo: Farol News	Online
Data: 07/07/2020	Caderno: Notícias



PREÇO DA HORA BAHIA PERMITE FAZER LISTAS DE COMPRAS COM ATÉ 40 ITENS NO APP

jul 7, 2020 | [Economia](#), [Tecnologia](#)



Estar com uma lista de compras em mãos mas não ter tempo e muito menos disposição para sair em busca dos melhores preços para cada item em meio à pandemia é uma questão que se resolve em poucos minutos com o aplicativo Preço da Hora Bahia, que permite fazer listas de até 40 itens, contendo, por exemplo, remédios, produtos alimentícios, produtos de limpeza e outras que o usuário desejar.

Lançado em abril pelo Governo do Estado, por meio **da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, o aplicativo pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Google Play, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br. É possível pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

Para fazer a relação de itens personalizada, basta abrir o app, clicar na opção “Lista”, localizada na barra inferior da tela, apertar “Nova Lista” e informar um nome para esta relação, que pode ser, por exemplo, Mercado, Farmácia, Churrasco, entre outros. Com a lista criada, retorne à tela inicial do app e pesquise um produto que você deseja incluir. No produto desejado clique no botão “Adicionar à lista”, representado pelo ícone do carrinho de compras com o sinal de positivo, e selecione a lista na qual você quer incluir o produto. Faça isto para cada produto e você terá sua lista preenchida. Você também pode editar a lista, para alterar a quantidade de unidades de cada produto, ou para excluir um produto.

Na hora de pesquisar, basta ir para “Listas”, escolher a lista desejada e selecionar “Processar”. Rapidamente o app fará a pesquisa, apontando os cinco estabelecimentos com melhores preços e também as mercadorias encontradas e não encontradas em cada local. A ferramenta também faz a totalização do valor das compras.

Pesquisa por item

Para uma simples pesquisa de preços por item, basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, clicando na opção “Código de Barras”, que fica na barra inferior da tela. Além de permitir a consulta a itens muito procurados no atual momento, como máscaras de proteção e álcool em gel, a ferramenta destaca em especial a pesquisa de preços de medicamentos e combustíveis. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. Antes de se deslocar, não esqueça de confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes.

Outra função muito útil do app, que permite aos consumidores baianos economizarem e ficarem o mínimo possível de tempo na rua em tempos de pandemia, é a que apresenta um mapa apontando os três estabelecimentos com os preços mais baixos por produto na região delimitada pelo usuário, que pode ter o raio de um a trinta quilômetros. Vale lembrar que o raio busca em linha reta a partir da sua localização, mas a distância do trajeto será um pouco superior em função do traçado das ruas.

Usuários aprovam

O Preço da Hora Bahia vem sendo aprovado pelos usuários, com mais de duas mil manifestações registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, a maioria em tom de aprovação. “O app é uma ‘mão na roda’, consegui economizar mais de 300 reais entre mercado e gasolina só em uma semana”, destaca, na Apple Store, o usuário que assina @RenatoPrazeres123 e atribui cinco estrelas à ferramenta.

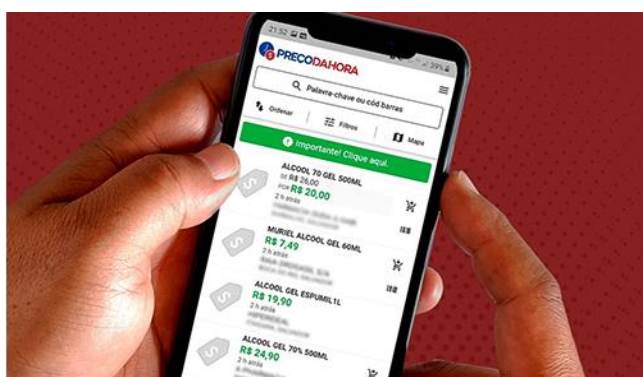
O **diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt**, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

Veículo: Blog do Jonildo Glória	Página: Online
Data: 06/07/2020	Caderno: --



segunda-feira, 6 de julho de 2020

Preço da Hora Bahia permite fazer listas de compras com até 40 itens no app



Estar com uma lista de compras em mãos mas não ter tempo e muito menos disposição para sair em busca dos melhores preços para cada item em meio à pandemia é uma questão que se resolve em poucos minutos com o aplicativo Preço da Hora Bahia, que permite fazer listas de até 40 itens, contendo, por exemplo, remédios, produtos alimentícios, produtos de limpeza e outras que o usuário desejar.

Lançado em abril pelo Governo do Estado, por meio da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, o aplicativo pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Google Play, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br. É possível pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

Para fazer a relação de itens personalizada, basta abrir o app, clicar na opção “Lista”, localizada na barra inferior da tela, apertar “Nova Lista” e informar um nome para esta relação, que pode ser, por exemplo, Mercado, Farmácia, Churrasco, entre outros. Com a lista criada, retorne à tela inicial do app e pesquise um produto que você deseja incluir. No produto desejado clique no botão “Adicionar à lista”, representado pelo ícone do carrinho de compras com o sinal de positivo, e selecione a lista na qual você quer incluir o produto. Faça isto para cada produto e você terá sua lista preenchida. Você também pode editar a lista, para alterar a quantidade de unidades de cada produto, ou para excluir um produto.

Na hora de pesquisar, basta ir para “Listas”, escolher a lista desejada e selecionar “Processar”. Rapidamente o app fará a pesquisa, apontando os cinco estabelecimentos com melhores preços e também as mercadorias encontradas e não encontradas em cada local. A ferramenta também faz a totalização do valor das compras.

Pesquisa por item

Para uma simples pesquisa de preços por item, basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, clicando na opção “Código de Barras”, que fica na barra inferior da tela. Além de permitir a consulta a itens muito procurados no atual momento, como máscaras de proteção e álcool em gel, a ferramenta destaca em especial a pesquisa de preços de medicamentos e

combustíveis. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. Antes de se deslocar, não esqueça de confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes.

Outra função muito útil do app, que permite aos consumidores baianos economizarem e ficarem o mínimo possível de tempo na rua em tempos de pandemia, é a que apresenta um mapa apontando os três estabelecimentos com os preços mais baixos por produto na região delimitada pelo usuário, que pode ter o raio de um a trinta quilômetros. Vale lembrar que o raio busca em linha reta a partir da sua localização, mas a distância do trajeto será um pouco superior em função do traçado das ruas.

Usuários aprovam

O Preço da Hora Bahia vem sendo aprovado pelos usuários, com mais de duas mil manifestações registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, a maioria em tom de aprovação. “O app é uma ‘mão na roda’, consegui economizar mais de 300 reais entre mercado e gasolina só em uma semana”, destaca, na Apple Store, o usuário que assina @RenatoPrazeres123 e atribui cinco estrelas à ferramenta.

O **diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt**, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

Postado por [JONILDO](#) às [18:39](#)

Veículo: Site A Tarde	
Data: 05/07/2020	Caderno: Economia

A TARDE

Da Redação Dom, 05/07/2020 às 15:58 | Atualizado em: 05/07/2020 às 16:59

PRF apreende mais de 36 mil litros de cerveja sem documentação na BR-116



Carga foi apreendida na BR-116 | Divulgação | PRF

Um caminhão com mais de 36 mil litros de cerveja foi apreendido por fraude fiscal na cidade de Encruzilhada, a 384 km de Salvador. O flagrante aconteceu na tarde de sábado, 4.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o caminhão modelo Scania|R450, com placa de Uberlândia, Minas Gerais, foi abordado para verificação. Após os agentes consultarem a documentação da carga transportada, constataram divergências nos dados declarados, configurando crime fiscal e tributário.

Ainda segundo a PRF, na ação foram apreendidos no total, 36.036 litros de cerveja, acondicionados em 102.960 latas de 350ml. O motorista de 38 anos, natural de Araguari, a 573 km de Belo Horizonte, foi apresentado na **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA) em Vitória da Conquista.**

O homem pode responder pelo Crime de Sonegação Fiscal, caso não regularize os tributos e as multas referentes à operação realizada.

S/A - EBC

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 07/07/2020	Página: A2

Reabertura da Fafen está encaminhada

A reabertura da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) ficou mais perto de ocorrer depois de assinatura de protocolo de intenções pelo governo do estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

A unidade baiana da Fafen, situada em Camaçari, região metropolitana de Salvador, foi arrendada pela empresa Proquigel: com investimento de R\$ 95 milhões e previsão de geração de mil vagas na manutenção preliminar e 320 empregos diretos, a fábrica deve voltar a operar no início de 2021.

Está prevista a fabricação de amônia, ureia e dióxido de carbono, com capacidade de produção perto de 3,4 mil toneladas por dia, de acordo com projeção divulgada pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM).

Parte da petroquímica Unigel, a Proquigel arrendou também a Fafen em Sergipe, mas a hibernação da indústria revelou-se péssimo negócio para todos, desde os investidores aos trabalhadores afastados.

– Todo o fertilizante hidrogenado vem sendo importado, mas o projeto de reativação vem sendo planejado para as duas unidades, na Bahia e em Sergipe – disse o diretor de relações institucionais da Unigel, Roberto Fiamenghi.

A alegação para a paralisação das atividades da Fafen está relacionada ao preço do gás natural, em elevação, tornando a fábrica deficitária, mas o protocolo de intenções firmado prevê melhores condições de mercado.

A mudança no mercado baiano produziu novo fôlego à cadeia da indústria de gás natural, permitindo aos usuários do serviço de gás canalizado negociar seu suprimento no mercado desde que tenha consumo maior ou igual a 300 milímetros cúbicos por mês.

ANDREZZA MOURA

Duas das 100 ações previstas no plano da Prefeitura de Salvador para amenizar os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus foram anunciadas na manhã de ontem pelo prefeito ACM Neto, durante a entrega da requalificação da Praça Marechal Deodoro, mais conhecida como a Praça da Mãozinha, no bairro do Comércio.

A emissão da certidão municipal e a prorrogação do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) foram as duas medidas antecipadas pelo gestor, para o setor econômico, e passam a valer ainda esta semana.

"As certidões serão emitidas com a fotografia do dia 15 de março. Porque o dia 15 de março? Quinze de março foi o dia que começou a valer o primeiro decreto de suspensão de atividades em nossa cidade. O que significa dizer que, se alguém ficou inadimplente de lá [março] para frente, isso não vai ser motivo de impedimento para que ele possa ter a certidão municipal. Como também de postergar o paga-

mento do IPTU de agosto até o final do ano, para aqueles que estiverem com as atividades econômicas suspensas em função dos decretos por mim editados", falou.

A intenção do prefeito em liberar a retirada das certidões é facilitar que empresários que vêm sofrendo por conta da pandemia tenham acesso a empréstimos bancários e, assim, possam recuperar seus negócios. No entanto, ele ressaltou que a medida vai beneficiar apenas quem estava adimplente com o município antes da suspensão das atividades.

Quem já estava em dívida com a Prefeitura teve o nome negativado e incluído no Cadastro Informativo Municipal (Cadim) e fica impos-

COVID-19 Durante entrega da requalificação da Praça Marechal Deodoro, ontem, prefeito antecipou duas de 100 medidas de socorro ao setor econômico

NETO E RUI ANUNCIAM HOJE PROTOCOLOS PARA A RETOMADA DE ATIVIDADES



Rafael Martins / Ag. A TARDE



Dentre as medidas de flexibilização, prefeito citou a reformulação no funcionamento de restaurantes e bares

5,2 milhões de reais foi o custo total da obra de intervenção, que vai da Avenida Jequitaia, passando pela Travessa do Cais do Ouro e a Rua Torquato Bahia

sibilitado de recorrer às instituições financeiras. A outra medida prevê que os donos de empresas que não conseguiram pagar o IPTU durante esse período, possam fazê-lo até o mês de dezembro deste ano.

"Vamos divulgar um plano completo envolvendo 100 medidas de apoio às ati-

vidades econômicas em Salvador", disse. As ações serão desenvolvidas nas áreas fiscal e tributária.

Flexibilização

O prefeito falou também sobre as medidas de flexibilização para a retomada das atividades comerciais, e citou como exemplo a refor-

mulação no funcionamento de restaurantes e bares da capital, que serão liberados para utilizar as calçadas, colocando mesas e cadeiras. Com a permissão, o prefeito pretende evitar que o vírus se prolifere nos ambientes fechados e, assim, reduza o risco de contaminação entre as pessoas.

"A possibilidade de contaminação ao ar livre é inferior a de ambientes fechados. Não tem melhor momento para anunciar esse plano, que o momento da inauguração de uma praça como essa", disse ele, afirmando que o momento vivenciado por todos é outro e que é preciso se atentar para as mudanças nos hábitos.

A liberação de praças, parques públicos e praias, a ampliação de ciclovias e a expansão de passeios e calçadas fazem parte do plano futuro de retoma da Prefeitura. O programa de medidas desenvolvido em conjunto pelos órgãos municipal e estadual para a retomada da economia será anunciado hoje pela manhã, pelo prefeito e o governador Rui Costa, durante uma coletiva à imprensa.

"Tive mais uma reunião ontem com o governador e toda a equipe para definirmos os últimos detalhes, e já conseguimos chegar a um consenso", afirmou Neto.

Praça da Mãozinha
Sob responsabilidade da Fundação Mário Leal Ferreira, o projeto de requalificação da Praça Marechal Deo-

doro promoveu melhorias em toda infraestrutura e entorno do espaço.

O equipamento recebeu intervenções na pavimentação, acessibilidade, estacionamento, pontos de ônibus, mobiliário urbano, paisagismo, restauração de monumentos históricos e construção de quiosques para literatura de cordel e comércio de coco e acarajé.

A intervenção vai da Avenida Jequitaia, passando pela Travessa do Cais do Ouro e Rua Torquato Bahia. Ao todo, os 23,2 mil metros quadrados de área requalificada receberam investimentos públicos municipais de, aproximadamente, R\$ 5,2 milhões, e integram o programa Salvador 360.

BNDES investe em fundo que apoia empresas de médio porte

MARIANA TOKARNIA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou ontem, no Rio de Janeiro, que irá, com um aporte de até R\$ 300 milhões em fundo de investimento, apoiar empresas de médio porte. A estimativa é que, com a participação de outros investidores institucionais, o fundo apoie os negócios de quatro a seis empresas brasileiras, com potencial de geração de empregos no país.

O BNDES aprovou a subscrição de até R\$ 300 milhões no fundo de investimento em participações Alaof V Brasil. Segundo o banco, o valor aplicado está limitado a 25% do total subscrito no fundo. Com apoio indireto de instituições financeiras e agências de desenvolvimento internacionais, o fundo poderá dispor de até R\$ 1,2 bilhão para alavancar negó-

cios no Brasil, em áreas como saúde, educação, farmacêutico, consumo e varejo.

Geração de valor

A intenção é, com os recursos, oferecer aportes que podem variar entre R\$ 80 milhões e R\$ 300 milhões em cada negócio. Além do dinheiro, a gestora afirma que terá influência sobre as principais decisões operacionais, financeiras e estratégicas das empresas, a fim de gerar mais valor para elas.

Diz ainda que buscará implementar níveis internacionais de governança, transparência e responsabilidade socioambiental nas companhias apoiadas.

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 07/07/2020	Página: B3

Governo assina protocolo para reabrir Fafen no início de 2021

Fechada desde o início do ano, a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), uma indústria de adubos, especialmente amônia e ureia, tidos como estratégicos na economia baiana (especialmente o agronegócio), vai reabrir até o início do ano que vem.

O governo assinou ontem o protocolo de intenções com a Proquigel, da petroquímica Unigel, a empresa que em novembro passado arrendou a Fafen da Petrobras por R\$ 177 milhões durante 10

anos. O documento estabelece incentivos fiscais.

O projeto prevê investimentos de R\$ 95 milhões. Segundo o secretário João Leão (Desenvolvimento Econômico), a Fafen é a única fabricante nacional de fertilizante nitrogenado.

– A Fafen fechar seria péssimo para a Bahia. Teríamos que importar e ainda construir um porto para receber tais produtos, já que Aratu só exporta. O esforço do governo foi focando isso.

A nova realidade imposta pelo combate à pandemia do novo coronavírus às famílias brasileiras e às empresas é algo jamais visto em um lapso temporal de, no mínimo, 80 anos.

A deterioração da condição humana se avizinha a passos largos e clama pela tomada de medidas urgentes pelos detentores de poder, seja o político ou econômico.

Por aqueles que detêm parcela do poder político, já observamos algumas medidas, especialmente com adoção de políticas públicas seja no sentido de manutenção do emprego e renda, seja no sentido de garantia de renda mínima. Mesmo de forma tímida, já observamos um avanço, sendo necessária a discussão apenas quanto ao aprimoramento e maior extensão das referidas políticas.

Importante destacar que políticas públicas, embora tenham o condão de traçar diretrizes, devem respeito ao texto constitucional e nesse sentido, ainda que possam e devam dialogar com o setor privado, devem respeito à garantia da livre iniciativa.

A maior participação do

Artigo Bernardo Barbosa Almeida

A pandemia e a política de crédito das instituições financeiras

estado em momentos como esse é uma vertente não só desejada, mas necessária, cumprindo um papel de planejamento e orientação ao setor privado.

Já no âmbito dos detentores do poder econômico, e aqui direciono especialmente ao segmento bancário/financeiro, não se discute a sua autonomia para elaboração de políticas de crédito própria.

Ou seja, não cabe ao estado direcionar ou interferir nas

O acesso ao crédito em momentos de crise é ferramenta vital à sobrevivência de famílias e empresas

políticas de crédito das instituições. Essas, dentro da livre iniciativa, são estabelecidas conforme oportunidade e conveniência pelos executivos das referidas instituições.

Entretanto, dito isto, cabe

o chamamento dos executivos dessas instituições ao debate público pela necessidade de revisão das políticas de crédito, ainda que de forma excepcional em virtude da nova realidade imposta pela pandemia. O acesso ao crédito em momentos de crise é ferramenta vital à sobrevivência de famílias e empresas e é nesse sentido que urge a necessidade de flexibilização de políticas de concessão de crédito pelas instituições fi-

nanceiras.

Ajustar normas e critérios a uma maior exposição a risco pelas instituições financeiras na concessão de crédito é o "x" da questão neste momento. Ou seja, se as instituições financeiras estiverem dispostas a correr mais riscos, flexibilizando o credit scoring, uma parcela maior de famílias e empresas tomará crédito atravessando esse momento conturbado.

Não se quer aqui estimular o endividamento de famílias ou empresas, visto que se por um lado é urgente a necessidade de acesso a recursos financeiros, a educação financeira e a melhoria na gestão dos negócios também não podem ser deixadas de lado.

Dessa forma, um consenso deve emergir nesse momento para ao menos amenizar os efeitos devastadores que a pandemia irá trazer na esfera econômico-social.

BERNARDO BARBOSA ALMEIDA É ADVOGADO. ESPECIALISTA EM DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS PELO INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO-IDP. MEMBRO DAS COMISSÕES DE DIREITO ELEITORAL E DIREITO TRIBUTÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL. E-MAIL: BERNARDO@ACCLAW.COM.BR

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

●● Nossa proposta é garantir agilidade no pagamento do auxílio, uma vez que o setor cultural foi o primeiro a ter eventos cancelados e talvez seja o último a voltar ao normal

Márcio Marinho

Deputado federal pelo Republicanos da Bahia, ao propor emenda que garante repasse da primeira parcela de R\$ 600 em 30 dias para profissionais da cultura

Porteira aberta

Advogados baianos especializados em Direito Eleitoral viram na aprovação da PEC que adiou a disputa uma chance para favorecer políticos enquadrados na Lei da Ficha Limpa. Pelas regras em vigor, quem se tornou inelegível por oito anos em 2012 estaria proibido de concorrer a cargos eletivos em outubro. Como a sucessão foi postergada para os dias 15 e 29 de novembro, a tese é de que o veto terá perdido validade nas novas datas do primeiro e segundo turnos das eleições. O eventual benefício a virtuais candidatos condenados à época por caixa dois de campanha, abuso de poder econômico ou compra de votos, entre outros crimes, vai deflagrar uma série de consultas jurídicas ao TSE sobre o alcance da Ficha Limpa este ano diante do adiamento.

POR TABELA

A brecha pode liberar candidaturas de condenados por improbidade administrativa, em decisão definitiva, que estão com os direitos políticos suspensos até outubro, mas não foram declarados inelegíveis pela Justiça.

Bônus colateral

Em contrapartida, o adiamento da corrida eleitoral aliviou a angústia para os quase 370 aprovados no processo seletivo realizado pela prefeitura de Salvador em 2019, o chamado concurso, voltado à contratação de servidores para 18 categorias. Caso a PEC naufragasse na Câmara dos Deputados, o prefeito ACM Neto (DEM) teria que homologar o resultado do concurso até o último dia 4, ou seja, três meses antes do primeiro turno, se quisesse convocar aprovados ainda em 2020, independente do número. Agora, a data limite para contratar novos quadros foi alterada para 15 de agosto.

De passo em passo

Fontes dos palácios de Ondina e Thomé de Souza consideram improvável que sejam anunciadas hoje quaisquer medidas para retomada imediata de atividades econômicas suspensas durante a pandemia em Salvador. O prognóstico leva em conta ajustes definidos entre o prefeito ACM Neto e o governador Rui Costa (PT) às vésperas da apresentação do plano conjunto elaborado por ambos. Segundo apurou a Satélite, a flexibilização das regras de isolamento vai depender do cumprimento de protocolos previamente estabelecidos para cada segmento, sobretudo, a taxa de ocupação de leitos de UTI na capital.

Verba extra

Relator da Operação Faroeste no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro Og Fernandes definiu as ações contra à covid que receberão os R\$ 2,25 milhões pagos pelo advogado Júlio Cesar Cavalcanti como contrapartida ao acordo de delação premiada firmado com a Procuradoria-Geral da República. Os recursos, determinou Fernandes, serão prioritariamente destinados à compra de respiradores para pacientes internados e equipamentos de proteção individual para profissionais de saúde da linha de frente.

Na janela

Menos de 40 dias após assumir o mandato do deputado baiano Tito (Avante), que pediu licença da Câmara por 120 dias em 29 de maio, Dr. João (Pros) conseguiu vaga de titular na comissão externa da Casa para combate ao coronavírus.

Avianca Brasil pede falência à Justiça de São Paulo

AVIAÇÃO A Avianca Brasil, que estava em recuperação judicial desde dezembro de 2018, entrou com pedido de falência na Justiça de São Paulo. Com dívidas que somam R\$ 2,7 bilhões, a companhia aérea estava sem operar desde maio do ano passado. No pedido protocolado na última sexta-feira, a empresa afirma que seu plano de recuperação foi prejudicado por decisões da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Isso porque a agência reguladora redistribuiu entre as empresas aéreas os slots (horários de pousos e decolagens nos aeroportos) que eram operados pela Avianca Brasil.

Segundo regra da Anac, quando uma companhia deixa de usar determinado slot, ele

2,7 bilhões de reais é a dívida estimada da Avianca do Brasil. A empresa estava sem operar desde maio de 2019

deve ser repassado a outra empresa segundo alguns critérios. A Avianca, porém, havia vendido seus slots para a Latam e para a Gol, em um leilão no qual levantou US\$ 147 milhões (cerca de R\$ 780 milhões na cotação atual). Sem o aval da Anac, a operação não foi concluída.

Na procuração, a Avianca Brasil destaca ainda que a decisão da agência reguladora de redistribuir os slots antes usados pela aérea não está sendo colocada em prática agora, quando o setor está praticamente paralisado por causa da pandemia da covid-19. "Lamentavelmente (a Anac) só foi capaz de mudar sua postura diante de uma crise setorial, mas revelou ser essa a medida adequada (manutenção dos slots) para preservar crises individuais de tais empresas", afirmou a companhia, em nota.

A Alvarez & Marsal, administradora judicial da Avianca Brasil, já havia pedido em novembro do ano passado a falência da aérea. No documento, a empresa afirmava que "os rumos tomados pela recuperanda (Avianca) parecem tornar inviável a manutenção da recuperação judicial, em face do completo esvaziamento da atividade empresarial".

A Avianca Brasil não tem relação direta com a Avianca Holdings, que entrou com pedido de recuperação judicial (chapter 11) nos Estados Unidos em maio. Apesar de ambas terem os irmãos José e Germán Eframovich como sócios, a brasileira pagava royalties para a companhia colombiana para usar a marca aqui.

Procurada, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) não se pronunciou até o fechamento desta edição.

AZUL TERÁ 303 VOOS POR DIA EM AGOSTO

RETOMADA A Azul espera aumentar o número de voos em agosto para 303 decolagens diárias nos dias de maior demanda, representando aproximadamente 35% da capacidade da companhia antes do início da pandemia. "A demanda de passageiros em agosto deverá aumentar 290% em comparação com abril", afirmou Abhi Shah, vice-presidente de Receitas da Azul. A companhia ainda disse que irá voar novamente para oito destinos domésticos, totalizando 80 cidades atendidas.

RENOVA PROTEGUE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

EMPRESA A Renova Energia protocolou ontem dois novos planos de recuperação judicial, um deles referente somente às sociedades do Projeto Alto Sertão III, localizado na Bahia, e outro para a companhia e demais empresas do grupo. O processo está em trâmite na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. Em fato relevante, a Renova afirma que o protocolo de dois planos visa buscar uma estrutura de recuperação que atenda melhor os interesses das próprias empresas e dos credores.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O ministro Paulo Guedes deu uma indicação de que o Brasil pode vir a desfavorecer a empresa chinesa na guerra do 5G. Na visão de autoridades políticas, o país cometerá um grande erro se entrar por razões ideológicas no conflito entre Estados Unidos e China por essa nova tecnologia. Em entrevista no fim de semana, Guedes disse que desde a pandemia surgiu uma "suspeição geopolítica" em relação à China por causa da covid-19. E fez um paralelo. "Se os serviços de segurança, se o serviço de comunicação todo fosse interrompido, porque teve uma crise na China e eles desligarem lá uns botões?"

Segundo o ministro da Economia, "se não houvesse esse problema geopolítico, essa suspeição com o regime chinês, criou-se uma suspeição na Europa inteira, nos Estados Unidos, que é a seguinte: será que eles demoraram a comunicar que essa crise era pandêmica, que era um problema sério? Fecharam uma província aqui, mas continuaram viajando para o exterior?" Caso não houvesse isso, segundo Guedes, o Brasil poderia "deixar o americano brigar com o chinês, com os nórdicos, e ver quem nos serve melhor".

Esse delicado assunto tem sido acompanhado com lupa, até pelo motivo que o próprio ministro disse, nessa mesma entrevista concedida à CNN Brasil: o "5G é a nova fronteira da revolução digital e nós precisamos estar atuais". Paulo Guedes fez um longo caminho entre a pergunta e a resposta. Passaram-se exatos 17 minutos nos quais ele circunavegou a história mundial, passou pela revolução francesa, entre outros eventos fundantes da civilização ocidental. Ele disse que o Brasil pertence ao grupo das democracias, lembrou o momento em que disse aos líderes russo e chinês que eles deveriam respeitar o nosso sistema democrático, sem tentar interferir. Teria sido na reunião do G-20 e logo após as ma-

nifestações chilenas. Acabou chegando na resposta. Apesar dessa diferença de regime, Guedes disse que o país, em condições normais, diria: "politicamente nós estamos do lado de cá, mas sempre que me perguntarem sobre economia eu diria que a gente dança com todo mundo."

Tudo isso ocorreu em má hora, segundo Paulo Guedes. "Seria interessante deixar a competição funcionar, deixar a Ericsson, de um lado, a Huawei, de outro. Nessa hora que devíamos dar um mergulho vem essa primeira nuvem de suspeita e cria um problema geopolítico no que era algo estritamente econômico."

Isso não é um assunto simples, de fato. Mas, primeiro, as

acusações feitas à China na pandemia são parte da campanha americana. O presidente Donald Trump, da forma irresponsável de sempre, tem feito acusações aos chineses nesta pandemia sem comprovação, e o Brasil não ganha se abraçar essa versão dos fatos. Os desmiolados do bolsonarismo dizem isso, como fez o deputado Eduardo Bolsonaro, mas o ministro da Economia não deveria abraçar essa versão conspiratória. Segundo, hoje, as empresas que estão no Brasil oferecem serviços de 4G usam tecnologia chinesa.

A sueca Ericsson e a finlandesa Nokia têm ganhado mais contratos desde que começou a guerra americana contra a Huawei. A Nokia comprou empresas americanas remanes-

centes da AT&T. A briga é antiga, mas está se acirrando, e o que o governo americano quer é o banimento da chinesa dos países aliados. Se o Brasil, sem avaliar vantagens e perdas, aderir aos Estados Unidos pode se dar muito mal. Paulo Guedes é mais uma autoridade brasileira jogando palavras estranhas contra o nosso maior parceiro comercial.

O problema é a maneira descuidada como se trata a relação com a China no governo Bolsonaro. O presidente, na campanha e logo após a posse, fez declarações infelizes. Já teve o então ministro da Educação fazendo tuitos racistas, o deputado Eduardo Bolsonaro fazendo acusações sem comprovação. Quando o embaixador chinês protestou, foi novamente criticado, desta vez pelo ministro das Relações Exteriores, que, em qualquer país do mundo, é aquele funcionário que apaga incêndios diplomáticos em vez de atea-los. Na visão de Paulo Guedes, o Brasil não foi tão atingido pelo choque externo porque não é aberto ao mundo. Na verdade, foi porque a China aumentou suas compras de soja e de proteína animal. A declaração de Paulo Guedes põe mais lenha na fogueira.

Guedes indica tendência no 5G

Fafen vai voltar a operar no início do ano que vem

EMPRESA Um novo passo para a reabertura da unidade baiana da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), arrendada pela Proquigel - empresa integrante do Grupo Unigel - foi dado, ontem, com a assinatura de protocolo de intenções com o governo do estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). O investimento será de R\$ 95 milhões, com previsão de gerar 1 mil vagas na manutenção preliminar e 320 empregos diretos, quando a empresa voltar a operar, no município de Camaçari. Na unidade, serão fabricadas amônia, ureia, arla e dióxido de carbono, com capacidade de produção de até 3,38 mil toneladas/dia. De acordo com a empresa, a previsão da operação é o início do próximo ano.

“É importante ressaltar o esforço do governo do estado para reabertura da Fafen, única produtora nacional de fertilizante nitrogenado. Com a sua hibernação, o produto passou a ser importado. A maior reivindicação era a questão do gás e o governo trabalhou para regulamentar o consumidor livre, permitindo que os usuários negociem seu próprio suprimento”, afirmou o vice-governador, João Leão, secretário da pasta.

Segundo Roberto Fiamenghi, diretor de Relações Institucionais da Unigel, a hibernação foi muito ruim, para os funcionários que perderam seus empregos e para o mercado, pois com o fechamento, 100% do fertilizante

Proquigel vai investir recursos da ordem de R\$ 95 milhões na reabertura da unidade da Fafen, na Bahia

Vale ressaltar o ganho social com a geração de vagas de trabalho. Na fase de manutenção, que antecede a reabertura, pode chegar a mil empregos
Roberto Fiamenghi
Diretor de Relações Institucionais da Unigel



EVANDRO VEIGA/ARQUIVO CORREIO*

nitrogenado está sendo importado. O projeto de reativação está sendo feito nas duas unidades.

“Hoje (ontem) tivemos a assinatura autorizando incentivos para o projeto da Bahia e isso é importante. A Fafen parou suas atividades porque estava deficitária, o preço do gás natural estava muito alto. Estamos buscando alternativas de fornecimento de gás natural, o mercado de gás está mudando e hoje oferece melhores condições. Esse protocolo prevê o diferimento do imposto na compra ou importação do gás natural, além de outros incentivos para operação da Fafen. Vale ressaltar o ganho social com a

geração de vagas de trabalho. Na fase de manutenção, que antecede a reabertura, pode chegar a 1 mil empregos”, explicou Fiamenghi.

A mudança no mercado baiano de gás aconteceu com a assinatura da Resolução 23/2020 pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), em abril. A medida traz um novo fôlego à cadeia da indústria de gás natural, permitindo que os usuários do serviço de gás canalizado, com consumo maior ou igual a 300 milímetros cúbicos por mês, negociem seu suprimento no ambiente do mercado livre.

Produção de carros deve cair 45% este ano, prevê Anfavea

MONTADORAS A indústria automobilística brasileira prevê um tobo de 45% na produção deste ano, para 1,63 milhão de veículos, incluindo caminhões e ônibus. Significa 1,3 milhão de unidades a menos do que em 2019, resultado da crise provocada pela pandemia do coronavírus. Diante da ociosidade que o corte representará nas fábricas, que em janeiro projetavam número superior a 3 milhões de unidades, já começaram a ocorrer demissões.

Se confirmado, será o pior resultado da produção em 20 anos. Pelos cálculos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a recuperação a níveis pré-covid só deve ocorrer em 2025.

Significa que, ao longo desses cinco anos, considerando um cenário de crescimento anual de 11% nas vendas, tendo como base crises anteriores, “a indústria deve ter uma barrigada (perda) de 3,5 milhões de veículos”, diz Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea.

Correio*

Depósitos na poupança superam saques em R\$ 20,5 bi

FINANÇAS Aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros, a caderneta de poupança voltou a atrair o interesse dos brasileiros em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19). No mês passado, os investidores depositaram R\$ 20,53 bilhões a mais do que retiraram da aplicação, informou ontem o Banco Central. Em junho do ano

passado, os brasileiros tinham depositado R\$ 2,5 bilhões a mais do que tinham sacado.

A captação líquida – diferença entre depósitos e retiradas – diminuiu em relação a maio, quando atingiu o recorde de R\$ 37,2 bilhões para todos os meses. Mesmo assim, o resultado de junho é o maior já registrado para o mês desde o início da série histórica, em

1995. Com o resultado do mês passado, a poupança acumula entrada líquida de R\$ 84,43 bilhões nos seis primeiros meses do ano.

A aplicação tinha começado o ano no vermelho. Em janeiro e fevereiro, os brasileiros retiraram R\$ 15,93 bilhões a mais do que depositaram. A situação começou a mudar em março, com o início da pandemia da co-

vid-19, quando os depósitos superaram os saques em R\$ 12,17 bilhões. A poupança captou R\$ 30,46 bilhões em abril e bateu o recorde de R\$ 37,2 bilhões em maio.

A queda expressiva da bolsa de valores e a instabilidade em outros investimentos, como títulos do Tesouro, refletiram-se em maior volume de depósitos na poupança.

APAE OFERECE SERVIÇO DE TESTAGEM PARA EMPRESAS

COVID-19 Com a retomada gradual de alguns setores da economia, a testagem dos funcionários para o covid-19 tem se mostrado fundamental. Para auxiliar as empresas neste processo, o Laboratório de Análises Clínicas da Apae Salvador (Labac) passa a realizar análise molecular para diagnosticar o coronavírus por meio do exame RT-PCR (Reverse-Transcriptase Polymerase Chain Reaction), considerado padrão ouro no diagnóstico da doença. O exame é realizado a partir da coleta com o swab do raspado da nasofaringe e orofaringe, dentro de todas as medidas de segurança preconizadas pelas OMS. A coleta é realizada exclusivamente em domicílio ou empresas. O atendimento acontece de segunda à sexta, das 6h30 às 18h, e aos sábados, das 6h30 às 12h. Informações: (71)3270-8334/8344/8396, WhatsApp 99625-8135 ou analises@apaesalvador.org.br.

Essa coleta não é feita nas instalações do laboratório, é realizada exclusivamente em domicílio ou empresas



DIVULGAÇÃO

“ Se conseguirmos exportar mais para a Ásia – não só a China –, o Brasil terá boom de crescimento”
Paulo Guedes

Ministro da Economia

GUEDES PROMETE '4 GRANDES PRIVATIZAÇÕES' EM 90 DIAS

ENTREVISTA O governo brasileiro fará quatro grandes privatizações em até 90 dias, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista à CNN. “Vocês vão saber já, já. Estamos há um ano mapeando isso”, disse. Ele reconheceu que as privatizações, até agora, não caminharam no ritmo desejado. “A prioridade no início era Previdência, mudança de mix entre regime fiscal e monetário, e mudar trajetória dos salários do funcionalismo, que cresciam muito acima da inflação”, disse o ministro.

Guedes não quis detalhar quais serão as companhias privatizadas nesse curto prazo. Ao ser perguntado se os Correios estavam incluídos, ele respondeu: “Seguramente, não vou falar quando (será a privatização), mas seguramente”.

Na entrevista, Guedes também detalhou projetos para a indústria brasileira. Ele afirmou que as indústrias terão menos encargos e menos subsídios. O setor automotivo, por exemplo, terá crédito de curto prazo daqui até o final do ano com garantia matriz. Segundo o ministro, o governo atual mudará o que era feito em governos anteriores. “Guerra fiscal é suicida”, disse. “Estados se matam perdendo receita, indústria se perde correndo atrás de subsídio, e resultado é um desastre”, afirmou.

Ministro Paulo Guedes acredita que, de 60 a 90 dias, o Brasil vai “surprender o mundo” ao destravar investimentos, como surpreendeu ao aprovar a Reforma da Previdência Social

SECRETARIA DA SAÚDE



Estado da Bahia

HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS - AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA.

O Pregoeiro do H.G.R.S., torna público que a licitação realizada em 25/06/2020 às 09:00 hs, na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 016/2020**, que objetiva a Aquisição de Soluções Padronizadas Destinadas a Atender as Necessidades dos Pacientes Internados no H.G.R.S., publicado no D.O.E e Jornal Correio da Bahia em 09/06/2020, foi considerada **FRACASSADA**. Salvador, 06 de julho de 2020. **Francisco Silva Mota, Pregoeiro/COPEL.**

SESAB

Um alento à vista

Economia Prefeitura prepara um plano com 100 medidas para ajudar na retomada

Vinicius Nascimento

REPORTAGEM
vinicius.nascimento@redebahia.com.br

Sobreviver durante a pandemia não tem sido tarefa tranquila para ninguém. Para o setor de comércio e serviços se manter em dia com as obrigações tributárias tem sido uma preocupação a mais. Ciente disso, o prefeito de Salvador, ACM Neto, anunciou que sua gestão apresentará nos próximos dias um plano de estímulo econômico para amenizar os impactos da pandemia. Além deste plano de apoio, o prefeito avisou que hoje ele e o governador vão apresentar ações relacionadas à retomada das atividades na capital.

O plano de apoio ao setor produtivo reunirá 100 ações que serão divulgadas aos poucos, de acordo com o gestor municipal. Ontem, ele antecipou as duas primeiras medidas: os comerciantes que tiveram seus nomes negativados junto ao Cadastro Informativo Municipal (Cadin) por não pagarem os tributos depois de 15 de março – quando começou a valer o primeiro decreto de suspensão de atividades – terão a certidão emitida pela Prefeitura com a validade estendida até o momento de retomada.

Outra medida anunciada foi que os empresários de setores que continuarem com atividades suspensas poderão pagar o IPTU do mês de agosto até dezembro. “Se alguém ficou inadimplente de março para frente, isso não

vai ser motivo de impedimento para que possa ter a certidão municipal. Quem estava inadimplente antes não poderá se beneficiar dessa medida”, explica.

Entre os fatores que tornam importante a certidão negativa é que a mesma é necessária em diversas operações de crédito, além de ser exigidas por alguns clientes corporativos.

Além de anunciar as medidas, ACM Neto voltou a reclamar as dificuldades impostas pelos bancos para dar acesso a crédito. “Agora, no Brasil, estamos aguardando a votação da MP 975, que, espero, tenha condições de facilitar acesso ao crédito. Venho reclamando da dificuldade que o pequeno e médio empresário estão tendo para ter acesso ao crédito no país. Os bancos não estão emprestando. O que a gente vê é dinheiro caro e difícil”, criticou.

PREOCUPAÇÃO

A confiança do empresário é a menor da série histórica, iniciada em 2012, aponta uma pesquisa realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) registrou queda de 25,2%, sendo que em maio a variação havia sido de 28,9%. O indicador atinge o seu menor patamar da série histórica, iniciada em 2012, com 60,9 pontos. A escala vai de 0 a 200 pontos, sendo abaixo de 100 pontos considerado um patamar de pessimismo e, acima dos 100 pontos, otimismo.



MAX HAACK/SECOM/PMS



TIAGO CALDAS

O prefeito ACM Neto antecipou as duas primeiras medidas do plano de apoio ao setor produtivo, que vem sendo impactado negativamente com as medidas de isolamento

Segundo o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, desde o início da crise em março, o ICEC já acumula perda de 51,2%. “O que chama a atenção é o alto grau de pessimismo em relação ao momento atual”, avalia. O Índice das Condições Atuais do Empresário do Comércio (ICAEC) apontou retração de 51,1% entre maio e junho e atinge 30,5 pontos. Desde março, a

redução foi de 71,3%. Cerca de 94% dos empresários consideraram que a situação da economia piorou em relação ao ano passado, sendo que 75% disseram que o quadro piorou muito.

O IBGE já havia divulgado o pior resultado para o setor varejista na Bahia em 14 anos. A queda em abril foi de 33,2% e a Fecomércio-BA estimou um prejuízo de R\$ 1,74 bilhão.

Se alguém ficou inadimplente de março para frente, isso não vai ser motivo de impedimento para que possa ter a certidão municipal ACM Neto
Prefeito de Salvador

Não arrecadamos um centavo sequer nesses últimos meses Humberto Paiva
Presidente da Associação de Lojistas do Salvador Shopping

Entendemos que as duas medidas anunciadas apontam na direção correta. (...) Sabemos que outras estão sendo gestadas Carlos Falcão
Idealizador e líder do grupo empresarial Business Bahia

Primeiras medidas são bem recebidas

“Não arrecadamos um centavo sequer nesses últimos meses porque as lojas estão fechadas e boa parte dos lojistas não tem como arrecadar. Está muito difícil”. Quem descreve o quadro é o empresário Humberto Paiva. Ele é presidente da Associação de Lojistas do Salvador Shopping, mas a situação está longe de ser restrita ao centro de compras. A necessidade de evitar o avanço desenfreado do novo coronavírus custou caro ao setor produtivo em todo o mundo, inclusive aqui na Bahia.

Humberto Paiva diz que as principais demandas são relacionadas à cobrança proporcional da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) e suspensão da cobrança do IPTU.

No setor produtivo, a análise é que de as medidas que foram anunciadas chegam em boa hora, mas há outros pontos que precisam ser verificados. O presidente da Fecomércio-Ba, Carlos Andrade, está entre os que comemoram os dois pontos anunciados pelo prefeito ACM Neto, mas aguarda os

outros pontos do pacote de apoio que serão anunciados.

“Ainda é necessário muito mais para ajudar o empresário, o contribuinte soteropolitano, a atravessar esta crise econômica tão devastadora, sobretudo, para o setor terciário”, diz Carlos Andrade.

“Entendemos que as duas medidas anunciadas apontam na direção correta. Flexibilizam a cobrança em relação ao IPTU e as certidões negativas. Sabemos que outras estão sendo gestadas”, destacou o empresário Carlos Falcão, idealizador e líder

do grupo empresarial Business Bahia. Para Falcão, o poder público deveria estruturar um amplo plano de refinanciamento de dívidas.

Proprietária de uma pequena loja de roupas no Centro, Marta Santana conta que houve uma queda de 90% no movimento. “É uma ajuda que chega, mas a gente espera que venham outras medidas porque realmente está difícil para se manter. O movimento reduziu em mais de 90% e, mesmo com a gente fazendo entregas online, não é a mesma coisa”.

NETO E RUI ANUNCIAM RETOMADA DE ATIVIDADES

Hoje O prefeito ACM Neto destacou que as medidas necessárias para a retomada das atividades econômicas em Salvador serão divulgadas por ele e o governador Rui Costa hoje. “Tive mais uma reunião ontem com o governador e toda a equipe para definirmos os últimos detalhes e já conseguimos chegar a um consenso”, disse. Tudo será feito com base em decisões técnicas e com base nos dados de evolução do novo coronavírus, garantiu



Sanção de Bolsonaro precisa ser publicada no Diário Oficial da União para lei começar a valer

MP que preserva empregos é sancionada

Permissão para redução de jornada e salário e suspensão de contrato, no entanto, ainda precisa ser publicada

Das agências
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a lei que permite a suspensão de contratos de trabalho e redução de salário e jornada até o final do ano para preservar empregos durante o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. O presidente informou que sancionou o texto em sua conta do Twitter e não deu detalhes sobre possíveis vetos na lei, que ainda não foi publicada no Diário Oficial da União.

A lei abre caminho para a prorrogação do programa, que acabaria em setembro,

mas isso, porém, ainda depende de um decreto. Segundo a Agência Estado, esse decreto não deve ser publicado hoje, porque a equipe técnica ainda precisa de mais tempo para avaliar o texto sancionado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro.

Nascida da Medida Provisória 936 e aprovada no Congresso, a lei cria mecanismos que autorizam a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários até o fim do ano. Mas será o decreto a ser publicado que dará os termos definitivos dessa prorrogação.

O governo deverá permitir, por mais dois meses, a suspensão de contratos e, por mais um mês, a redução de jornada e salários. Na primei-

ENTENDA AS MUDANÇAS

TRABALHADORES

● **Prazos** Suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias ou redução da jornada e do salário por no máximo 90 dias. Esses prazos podem ser prorrogados pelo Executivo enquanto durar o estado de calamidade;

● **Contrapartida** Governo paga Benefício Especial de Preservação de Emprego e Renda (BEm), calculado com base no seguro-desemprego, cujo piso atual é de R\$ 1.045 e o teto R\$ 1.813,03, para trabalhadores com carteira assinada, inclusive domésticos, contrato de aprendizagem ou de jornada parcial;

● **Quem não recebe** Servidores públicos, detentores de mandato eletivo e quem já recebe seguro desemprego;

● **Outros benefícios** Benefício emergencial de R\$ 600 por 3 meses aos empregados com contrato de jornada intermitente; aos demitidos sem justa causa durante o estado de calamidade pública que não tenham direito ao seguro-desemprego (vetado pelo presidente); e aos que tenham direito à última parcela do seguro-desemprego em março ou abril de 2020 (vetado pelo presidente);

● **Gestantes** Recebem salário original se o parto ocorrer durante a redução ou suspensão do contrato de trabalho. Não podem ser demitidas na calamidade;

● **Deficientes** Instituições filantrópicas, se trabalhador

pedir, têm de reduzir parcelas de empréstimo, financiamento, leasing e cartão de crédito descontados no contracheque na proporção do corte do salário;

● **Contratos** Somente empresas, sindicatos e entidades fechadas de previdência complementar podem celebrar contrato com o INSS sem licitação. A MP obriga o Ministério da Economia a divulgar semanalmente o número de empregados e empregadores beneficiados, as demissões e contratações.

EMPRESAS

● **Dívidas** Correção de débitos trabalhistas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial, mais a correção da poupança.

● **Produção** Dispensa do cumprimento em 2020 dos níveis mínimos de produção exigidos para obter benefícios fiscais, desde que atendidas as exigências de nível de emprego (vetado pelo presidente);

● **Desoneração** Prorrogação de um ano da redução dos impostos sobre folha de pagamento dos setores que mais empregam (vetado pelo presidente). Concede incentivos fiscais para que o empregador pessoa física complemente o benefício emergencial;

● **Rescisão** Proibição das empresas cobrarem do poder público os custos das demissões em razão da pandemia.

*Os vetos podem ser derrubados pelo Congresso

ra leva, a suspensão já pode ser feita por dois meses e a redução por três meses.

Na semana passada, o secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, disse que, logo depois da sanção da lei, o presidente editará um decreto prevendo a prorrogação do programa.

Lançado em abril, o programa, chamado de Benefício Emergencial, prevê que o governo pague parte do salário suspenso ou reduzido, até o limite do seguro-desemprego (R\$ 1.813). De acordo com o Ministério da Economia, 12.143 acordos foram celebrados dentro do programa.

Segundo Bianco, a prorrogação manterá a exigência de que os empregos sejam preservados pelo dobro do prazo de vigência do acordo.

Quem suspender por mais dois meses o contrato de trabalho, por exemplo, terá de garantir estabilidade por quatro meses.

Os empregadores que já suspenderam os contratos por dois meses, que era o prazo máximo, têm de esperar a publicação do decreto para nova prorrogação. Outra alternativa é reduzir a jornada e o salário em até 70% por um mês, o que é permitido pela lei em vigor.

VETOS

Depois da publicação de Bolsonaro nas redes sociais, a Secretaria-Geral da Presidência informou que houve vetos na sanção presidencial. Dois artigos vetados dizem respeito ao recebimento do auxílio emergencial de R\$ 600: o que previa que os empregados sem direito ao seguro-desemprego dispensados sem justa causa na pandemia teriam direito ao benefício emergencial por três meses contados da data da demissão, e o que dizia que o beneficiário que tinha direito à última parcela do seguro-desemprego nos meses de março ou abril de 2020 teria direito ao recebimento de auxílio emergencial também por três meses.

Segundo a Secretaria-Geral, os artigos criariam despesa obrigatória para o Executivo, violando regra prevista na Constituição que diz que uma proposição legislativa não pode criar gasto obrigatório ou renúncia de receita sem ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Além disso, o segundo artigo daria tratamento distinto entre os diversos tipos de desempregados.

Em relação às empresas, foi vetado artigo que dispensava a exigência de cumprimento de nível mínimo de produção para aproveitamento de benefícios fiscais e os trechos incluídos pelo Congresso que prorrogam por um ano o fim da desoneração na folha de pagamento de diversos setores. A lei atual prevê que este benefício será concedido até o fim de 2020.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 07/07/2020	Página: 02

Tribuna

Novo normal

O governador Rui Costa (PT) e o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), anunciam hoje as primeiras medidas de flexibilização na capital baiana. Os gestores vão autorizar a reabertura de shopping centers, de igrejas e templos. Os administradores, porém, vão exigir adequações para o funcionamento dos estabelecimentos para evitar a disseminação do coronavírus, como quantidades específicas de vagas nos estacionamentos. Além disso, medidas de higienização, como disponibilização de álcool gel, serão obrigatórias.

Fafen

Um novo passo para a reabertura da unidade baiana da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), arrendada pela Proquigel, foi dado ontem, com a assinatura de protocolo de intenções com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). O investimento será de R\$ 95 milhões, com previsão de gerar 1 mil vagas na manutenção preliminar e 320 empregos diretos, quando a empresa voltar a operar, no município de Camaçari. Na unidade, serão fabricadas amônia, ureia, arla e dióxido de carbono, com capacidade de produção de até 3,38 mil toneladas/dia. De acordo com a empresa, a previsão da operação é o início do próximo ano.

Crítica

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins (MDB), voltou a criticar ontem a demora do Governo do Estado para entregar o anexo 2 do Hospital Geral Clériston Andrade. Durante coletiva de imprensa, Colbert falou ainda sobre a negociação para ampliação do hospital de campanha do município e sobre o fechamento dos estabelecimentos comerciais a partir de hoje.



Colbert Martins

Mensalidades

O Ministério Público da Bahia (MP-BA), por meio da promotora de Justiça Joseane Suzart, ajuizou ação civil pública contra mais 15 Instituições de Ensino Superior (IES) de Salvador. Na ação, o MP requer que a Justiça determine que as faculdades reduzam em 30% as mensalidades de todos os cursos de graduação e pós-graduação ministrados enquanto durar o isolamento social imposto como medida de prevenção para diminuir o avanço do coronavírus.

Tribuna

PÁULO ROBERTO SAMPAIO

O mercado vai ter de se ajustar



A pandemia segue sem dar trégua, ainda que alguns estados e capitais tenham flexionado o isolamento social e começado a abrir o comércio, salões, academias e outros serviços. Acho que Salvador caminha para isso, não há como postergar muito, mas a retomada da economia não virá por decreto. Busquei um exemplo bem próximo. Tenho um querido grupo de amigos que até a chegada do coronavírus marcava presença todas as sextas no Oliva, do Shopping Barra. Uma confraria prá lá de animada. O time era e haverá de seguir, com fé em Deus, marcando ponto, capitaneado pelo nosso Nelson José de Carvalho, mestre na arte de fazer amigos, e reunia entre outros o "ministro" Nelson Taboada, empresário Zé Rico, neurologista Antonio Andrade, construtor José Mario, entre outros.

Nossas mesas ficavam compulsoriamente reservadas logo na entrada, eram 4, colocadas uma ao lado da outra, que ocupavam com

as respectivas cadeiras uns 9 metros quadrados e acomodavam em média de 10 a 12 pessoas. Com o eficiente serviço de buffet e o atencioso atendimento da gerente Lia e sua equipe, o tempo passava sem sentir, principalmente para os que nada mais tinham a fazer à tarde, embalado por taças de vinho, um chopp bem gelado ou mesmo revigorantes garrafinhas de água de coco, enquanto o buffet era renovado.

Fotografo a área e pelas novas regras impostas, onde antes nos acomodávamos em 12, e vejo que hoje restarão, pelas novas regras, 3 mesas a acomodar 6 pessoas, com a obediência do distanciamento. A descontraída conversa que envolvia todos à mesa acabará quase que restrita a duas pessoas, ocupantes da mesma mesa, ou 4 com algum esforço, com os amigos da mesa vizinha. E a conta, no final, em termos de metro quadrado, não chegará a 50% da de 4 meses atrás. Mas, e os custos do restaurante... E o aluguel, seguirá no

mesmo valor. IPTU, condomínio...

Sei que o problema é do dono do Oliva e de milhares de outros "Olivas" espalhados pela cidade, pelo estado, pelo país, ao menos até o fim dessa pandemia e das medidas restritivas, mas terão condições esses empresários de manter abertas as portas de seus negócios - restaurantes, academias e ambientes de fluxo intenso de clientes... Receio que shoppings e proprietários de grandes áreas locadas para esses fins precisem refletir sobre o momento que passamos. Em outras áreas da atividade comercial como farmácia, açougue e mercados o problema não se instalou. O fluxo segue normal. Vale a lei de mercado. Alguns estabelecimentos até ampliaram seus ganhos.

Mas, como dito, em especial no segmento de bares, restaurantes e academias, a situação é crítica, ainda mais com as restrições de horário de funcionamento. É o tal remédio amargo que falei em um dos meus últimos comentários e que o mercado e nossa economia vão ter de tomar. Por quanto tempo, só Deus sabe. Sei apenas que ganância e inflexibilidade não levarão a nada.

Paulo Roberto Sampaio é Diretor de Redação da Tribuna e escreve neste espaço todas as terças-feiras

Tribuna

Neto sofre pressão do empresariado para acelerar retomada econômica

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), enfrenta a mais grave crise dos quase oito anos de gestão. Além da pandemia, ele começa a sangrar na principal base de apoio: o empresariado, que o pressiona para divulgar logo o plano de retomada da economia na capital baiana. O gestor confirmou ontem durante a inauguração da reforma na Praça Marechal Deodoro, no bairro do Comércio, que finalmente fará o anúncio do projeto hoje. Alinhadas com o Governo do Estado, foram criadas uma série de medidas para incentivar a recuperação da cidade quando o isolamento social for flexibilizado.

"Vou apresentar essa

semana um plano de aproveitamento do espaço público de Salvador. Foi concebido agora no período da pandemia. Vamos estimular algumas coisas que vão mudar a cultura e a forma de aproveitamento do cidadão na cidade", avisou. "Trabalhamos sábado e domingo em torno de um plano de retomada das atividades. Ontem eu e o governador Rui Costa nos reunimos com nossas equipes e os detalhes serão ajustados nas próximas horas, mas já existe um consenso entre os dois para apresentação de um projeto comum", acrescentou.

A reabertura das empresas será feita em critérios técnicos e científicos. Segundo Neto, "uma vez alcançados esses critérios, terão possibilidade de retorno".

"Mas é importante lembrar que a decisão não é minha, é técnica e se baseia em dados", declarou. A coletiva deverá ser conduzida pelo próprio Neto e pelo governador Rui Costa (PT).

ACM Neto teve a pressão sobre os ombros intensificada, sobretudo por parte de donos de shoppings, porque havia levantado a hipótese reabrir a economia no final de junho. A pressão aumentou ainda mais com a reabertura do comércio no Rio de Janeiro e São Paulo. Nos bastidores, circula a informação de que a prioridade do plano de retomada será a retomada do setor. O gestor, que vinha mantendo alta popularidade por tomar medidas enérgicas e eficazes para isolar pontualmente regiões da cidade, agora enfrenta pro-



PREFEITO DE SALVADOR

Vai anunciar hoje novas medidas de flexibilização

testos quase que diários na porta do próprio condomínio onde mora. Opositores, majoritariamente apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), também aproveitam da situação para explorar a crise politicamente e enfraquecer o democrata soteropolitano.

Em São Paulo e no

Rio, os shoppings seguem um Protocolo de Operações elaborado pela Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca), em parceria com a área de consultoria do Sírio-Libanês, com mais de 20 medidas visando à saúde e à segurança de clientes, colaboradores e lojistas. Conforme a orien-

tação do Poder Público, em São Paulo, a operação foi iniciada com capacidade de pessoas limitada a 20% e horário de funcionamento reduzido a 4 horas diárias (das 16h às 20h). Já no Rio de Janeiro, há limite de um terço da capacidade dos estacionamentos e horário reduzido a 8 horas diárias (das 12h às 20h).

Tribuna

Empresários da Bahia pedem adiamento da cobrança de impostos



GERALDO JÚNIOR

Empresários se reuniram com presidente da Câmara

REDAÇÃO

Em reunião com o presidente da Câmara de Salvador, vereador Geraldo Júnior (MDB), micro e pequenos empresários entregaram um abaixo-assinado com 2.015 assinaturas solicitando o adiamento ou parcelamento dos tributos municipais. Participaram do encontro, ontem, no Paço Municipal, a dentista Vastiane Evelise, o microempreendedor individual Manoel Argollo e o empresário da área de alimentação Raphael Santana.

No documento, os autores argumentam que a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus dificulta o pagamento

imediate das taxas de imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto Sobre Serviço (ISS) e a Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF).

Conforme o presidente Geraldo Júnior, o abaixo-assinado clama ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas capazes de minorar a mais grave crise do século por que passa o meio empresarial baiano, responsável por 80% da mão de obra empregada em nossa capital. "Esses empresários são guerreiros e estão nessa batalha para preservar empregos e vidas humanas, lutando sempre por melhores condições de trabalho para os empreendedores da

cidade do Salvador", disse Geraldo Júnior.

O documento será entregue ao prefeito ACM Neto (DEM), que, conforme o presidente da Câmara, tem sensibilidade para entender a questão. "Entregaremos esse justo pleito do setor produtivo e acreditamos que nos próximos dias será anunciado pelo Poder Executivo um pacote de medidas de incentivo e fomento à recuperação das médias, pequenas e microempresas, contendo incentivos fiscais e outros benefícios, para que, juntos, possamos criar um ambiente de recuperação dos empregos, de que tanto necessita o nosso povo", acrescentou.

O microempreendedor

individual Manoel Argollo espera que ocorra a negociação com a Prefeitura e as atividades voltem dentro da normalidade, com segurança e saúde para todas as pessoas. Conforme o empresário da área de alimentação Raphael Santana, o maior gargalo é a necessidade de reinvenção para continuar a atividade. "Muita gente teve que fechar porque não teve tempo para se reinventar e fazer uma nova estrada para o seu negócio", declarou. Ele frisou que a reabertura tem que ser responsável. "Brigamos para poder trabalhar e não ficar acovardado, esperando que as coisas aconteçam. Temos que trabalhar e continuar gerando empregos", pontuou.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 07/07/2020	Página: 06

Tribuna

Bahia fechou com 17.033 postos de trabalho com carteira assinada em maio

De acordo com as informações do Novo Caged, que emprega dados do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas e do Empregador Web, a Bahia fechou 17.033 postos de trabalho com carteira assinada em maio de 2020. O resultado decorre da diferença entre 24.664 admissões e 41.697 desligamentos. Nessa análise o setor de Serviços vem seguindo o mesmo comportamento do saldo geral pelo terceiro mês consecutivo. Somente nesse setor desativaram 6.114 postos de trabalho. As informações foram analisadas pela equipe de Conjuntura Econômi-

ca da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento.

No setor de Veículos, a venda de veículos novos (automóveis e comerciais leves) na Bahia cresceu mais de 100,0% em junho se comparado ao mês de maio de 2020, segundo dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade), como resultado da flexibilização das medidas de distanciamento social. Em junho, a venda de automóveis e comerciais leves no estado foi de 4.305 unidades, quando em maio foi registrada uma venda de

2.129 unidades. Se comparado a junho de 2019, houve uma redução de 38,7% nas vendas. No acumulado do primeiro semestre, foram 28,1 mil veículos licenciados, recuo de 37,9% sobre a primeira metade do ano passado.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), em junho, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) registrou queda de 25,2%. No mês imediatamente anterior, a variação foi de 28,9%. Com esse resultado, o indicador atinge o menor patamar da série histórica, 60,9 pontos, iniciada em 2012.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 07/07/2020	Página: 07

Tribuna

Medidas para a economia serão anunciadas hoje

Mais duas medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 em Salvador, voltadas para o setor econômico, foram adotadas pela Prefeitura e já passam a valer esta semana. São elas: o acesso às certidões municipais para adimplentes até 15 de março deste ano e a prorrogação do prazo de pagamento, até o fim de 2020, do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos meses de agosto a dezembro para empresas que tiveram as atividades suspensas pelos decretos municipais de isolamento social.

O anúncio foi feito pelo prefeito ACM Neto durante entrega da requalificação da Praça Marechal Deodoro, no Comércio, na manhã desta segunda-feira (6). A intenção das medidas, segundo o chefe do Executivo municipal, é de oferecer apoio a setores econômicos duramente afetado pelas necessárias ações de preservação da vida.

No caso das certidões municipais, elas serão emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) com informações do dia 13 de março. A ação vai facilitar aqueles que necessitam obter financiamento em linhas de crédito para recuperar o próprio negócio, já que precisam apresentar o documento nas instituições bancárias.

Já o estendimento do prazo de pagamento das parcelas do IPTU até o fim do ano foi adotado vai ajudar muitos empreendimentos que estão fechados desde a adoção dos decretos municipais, em março.

RETOMADA

O prefeito salientou que as medidas de retomada das atividades econômicas na capital baiana serão divulgadas por ele e pelo governador Rui Costa amanhã (7).

Tribuna

Praça reformada reforça revitalização do centro antigo de Salvador

POLIANA ANTUNES
REPÓRTER

Totalmente reformada, a praça Marechal Deodoro, uma das principais da capital baiana, localizada no bairro do Comércio, foi entregue para população nesta segunda-feira (06), pelo prefeito ACM Neto. O espaço recebeu intervenções na pavimentação, acessibilidade, estacionamento, pontos de ônibus, mobiliário urbano, paisagismo, restauração de monumento e construção de quiosques para literatura de cordel e venda de coco e acarajé.

De acordo com o prefei-

to, a intervenção vai da Avenida Jequitaiá, passando pela Travessa do Cais do Ouro e Rua Torquato Bahia. Ao todo, os 23.250 m² de área requalificada receberam investimentos públicos municipais de, aproximadamente, R\$ 5,2 milhões. "As melhorias somam-se a tantas outras e integram o programa Salvador 360, que possui como um dos oito eixos justamente a revitalização da região que é o coração histórico e cultural da capital baiana", destacou.

Ainda segundo o gestor, tudo pensado com o maior capricho nesse conjunto de investimentos bem amplo que estamos fazendo aqui na região em equipamentos,

infraestrutura urbana e ações de valorização. "Isso será deixado como um legado para a cidade e com importância reforçada depois da pandemia, no pensamento de como retomar a economia de Salvador, e esses investimentos são muito importantes nesse contexto", completou.

MEDIDAS

Na ocasião, ACM Neto ressaltou que devido a pandemia do novo coronavírus, o setor econômico vem sofrendo bastante. Contudo, a prefeitura tem criado medidas para o enfrentamento da doença. As mais recentes foram, o acesso às certidões municipais para adimplentes



OBRAS

Investimento da requalificação custou cerca de R\$ 5,2 milhões da prefeitura

até 15 de março deste ano e a prorrogação do prazo de pagamento, até o fim de 2020, do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos meses de agosto a dezembro para empresas que tiveram as atividades suspen-

das pelos decretos municipais de isolamento social.

De acordo com o prefeito, no caso das certidões municipais, elas serão emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) com informações do dia 13

de março. "A ação vai facilitar aqueles que necessitam obter financiamento em linhas de crédito para recuperar o próprio negócio, já que precisam apresentar o documento nas instituições bancárias", conclui.

Foto: Komuqa de Jesus

Tribuna

Guedes promete "três ou quatro" grandes privatizações em 2020 para aquecer a economia

Brasil Econômico

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou neste domingo (5), em entrevista à CNN Brasil, que serão feitas "três ou quatro grandes privatizações" nos próximos "30, 60, 90 dias". Guedes não deu a lista das estatais, mas indicou algumas empre-

sas que podem entrar nos processos de privatização.

Guedes diz que a equipe econômica se concentra em atacar "frontalmente" o desemprego no Brasil e garante que as privatizações podem diminuir a queda de arrecadação do governo neste ano e minimizar os efeitos da crise causada pela pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2). O

ministro voltou a defender ainda a criação de um imposto sobre transações digitais, uma espécie de nova CPMF.

Questionado sobre as empresas que estariam na lista de privatizações, o ministro desconversou. "Vamos esperar um pouquinho. Vocês vão saber já, já", disse.

Guedes, indicou, porém,

que os Correios "seguramente" estariam na lista, e defendeu que as subsidiárias da Caixa Econômica Federal (CEF) façam uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), com valor entre R\$ 20 bilhões e R\$ 50 bilhões, "bem maior até" que o valor total da privatização da Eletrobras, segundo ele.



Paulo Guedes

Tribuna

Bolsonaro sanciona MP 936, mas veta prorrogar desoneração da folha

— O GLOBO

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem com vetos a medida provisória (MP) 936, que autoriza as empresas a negociarem acordos de suspensão temporária do contrato de trabalho ou de redução de jornada e salário com funcionários durante a pandemia. A medida está em vigor desde 1º de abril, mas o texto só foi aprovado pelo Congresso em junho.

Entre os artigos vetados pelo presidente está o que prorrogava a desoneração da folha de pagamento até dezembro de 2021 para 17 setores intensivos em mão de obra. A medida foi incluída no texto como uma forma de preservar empregos após a crise do coronavírus e garantir a recuperação sustentada da economia.

A desoneração está em

vigor até o fim deste ano e inclui setores como os de calçados, tecnologia da informação, call center, têxtil, construção civil, transportes rodoviários e metroferroviário e comunicação. Essas empresas podem optar por contribuir com percentual que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, no lugar de recolher 20% sobre a folha de pagamento para a Previdência. A prorrogação foi incluída no texto da MP por parlamentares após acordo com técnicos da equipe econômica.

Com o fim da desoneração, todos os segmentos voltariam a contribuir com 20% sobre a folha. Isso encarece os custos das empresas que têm na mão de obra seu principal gasto. A mudança pode reduzir postos de trabalho no momento em que o país começou a dar sinais de recuperação da economia no mês de junho, mas que ainda depen-

de de indicadores, como o consumo das famílias, para engatar uma trajetória de retomada sustentada da atividade. Segundo Emerson Casali, diretor da CBPI Produtividade Institucional, o país poderia perder seis milhões de empregos com o fim da desoneração.

O relator da MP no Senado, Vandertan Cardoso (PSD-GO), disse que o governo rompeu acordo feito com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o relator da proposta na Casa, deputado Orlando Silva (PcdoB-SP), e com ele próprio:

— Avalio que as chances de derrubar o veto são grandes.

Com a sanção da MP, o Executivo editará um decreto que amplia os prazos máximos dos acordos em mais 60 dias, no caso de suspensão dos contratos e mais 30 dias, para redução de jornada e de salário. Vá-



rias empresas aguardam uma definição porque ainda não conseguiram retomar atividades e enfrentam dificuldades para pagar funcionários. Com a sanção da MP, o Executivo editará um decreto que amplia os prazos máximos dos acordos

em mais 60 dias, no caso de suspensão dos contratos e mais 30 dias, para redução de jornada e de salário. Várias empresas aguardam uma definição porque ainda não conseguiram retomar atividades e enfrentam dificuldades

para pagar funcionário. No caso da desoneração da folha, o governo alegou que ela representaria renúncia fiscal sem cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória, o que violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/07/2020	Caderno: Notícias



Terça, 07 de Julho de 2020 - 06:40

Bolsonaro veta prorrogação de desoneração da folha e sanciona programa de corte de salário

por Thiago Resende e Ricardo Della Coletta | Folhapress

Ao sancionar a lei que permite a prorrogação do programa de suspensão de contrato de trabalho e corte de jornada, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos, que hoje vale a 17 setores da economia.

O Congresso aprovou, em junho, a permissão para o governo estender a flexibilização de regras trabalhistas na pandemia, como a redução de jornada e de salário, e incluiu no projeto um artigo para que a desoneração da folha, medida que diminui o custo de contratação de funcionários, valesse até o fim de 2021.

Bolsonaro, porém, seguiu a recomendação da equipe econômica e vetou o artigo que prolongava a desoneração da folha, por exemplo, para o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de call center.

"Também estão atualmente desoneradas as empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura". O ministro Paulo Guedes (Economia) quer uma desoneração mais ampla e permanente.

Essa medida, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% de contribuição sobre a folha de pagamento para a Previdência Social.

Agora, caberá ao Congresso analisar o veto de Bolsonaro, podendo aceitar ou derrubar o ato.

O governo argumentou que essa medida não estava prevista originalmente no projeto de lei enviado ao Legislativo, cujo objetivo foi alterar regras trabalhistas para que patrões pudessem reduzir custos e, em troca, o Ministério da Economia criou um benefício para suavizar a queda na renda dos trabalhadores.

Em vigor desde abril, o programa prevê um prazo máximo de dois meses para a suspensão de contratos de trabalho e de três meses para o corte de jornada e, conseqüentemente, de salário.

O governo quer, agora, estender esses prazos, permitindo que empresas façam uma nova negociação com os empregados para prorrogar a medida.

A ideia é que o prazo dos acordos seja, no total, de quatro meses -- um mês a mais de corte de jornada e dois meses a mais de suspensão de contrato. Isso deve ser feito por decreto do presidente.

A autorização para que Bolsonaro amplie o prazo da medida foi dada pelo Congresso, que aprovou em junho a proposta de redução de jornada e suspensão de contratos.

O programa foi criado por medida provisória, em abril. Assim, as regras passaram a valer imediatamente, enquanto o Congresso ainda avaliava o projeto.

Em negociação com o governo, os parlamentares decidiram, por ampla maioria, conceder ao presidente o poder de estender os prazos por decreto.

Mais cedo, em uma rede social, Bolsonaro havia anunciado que sancionou a lei que criou o programa trabalhista durante a pandemia da Covid-19. Os vetos foram detalhados mais tarde pela assessoria de imprensa do Planalto.

O programa que permite a redução de jornada e salário ou a suspensão dos contratos já chegou a cerca de 12 milhões de trabalhadores com carteira assinada, segundo balanço do governo.

O Ministério da Economia informou que não há um impacto fiscal adicional com a prorrogação, pois a execução está abaixo do imaginado.

Pelas contas da equipe econômica, a medida deveria alcançar 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada, mas as adesões estão em menos da metade do previsto.

Com isso, o custo máximo do programa aos cofres públicos continua dentro do orçamento inicial de R\$ 51,2 bilhões.

Bolsonaro vetou um dispositivo que garantia pagamento do benefício emergencial de R\$ 600, durante três meses, para os empregados demitidos sem justa causa durante a pandemia que não têm direito ao seguro-desemprego.

O benefício também atingiria empregados domésticos. A justificativa usada pelo Planalto é que o item criaria despesa obrigatória ao Poder Público, o que viola dispositivos constitucionais.

O presidente também barrou um trecho que permitia determinadas deduções tributárias para as empresas que decidam complementar o benefício pago pelo governo para trabalhadores que tenham tido seus salários reduzidos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Julho de 2020 - 22:25

Ministérios querem venda de refinarias após pedido de bloqueio; Landulpho Alves é alvo

A privatização de refinarias da Petrobras encontra aval em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), destacaram, em nota conjunta, os Ministérios da Economia e de Minas e Energia. As duas pastas reagiram ao pedido de liminar do Congresso Nacional para que o STF bloqueie as operações.

Na semana passada, técnicos do Poder Legislativo Federal entraram com pedido de liminar no qual acusam o Poder Executivo de criar artificialmente subsidiárias da Petrobras. Segundo o pedido, que está sob análise do ministro Ricardo Lewandowski, o governo quer burlar a proibição de que o governo possa privatizar parte da estatal sem autorização dos parlamentares, segundo a Agência Brasil.

No ano passado, o STF decidiu que o governo pode se desfazer de subsidiárias por meio de vendas diretas, sem a necessidade de licitação. A corte, no entanto, estabeleceu que o Congresso precisa aprovar a venda da empresa-matriz, seja do negócio inteiro ou de partes dos ativos diretamente ligados ao negócio principal.

Os técnicos do Legislativo querem barrar as privatizações da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) e da Refinaria do Paraná (Repar), previstas para este ano. O governo quer privatizar oito refinarias até o fim de 2021.

No comunicado, as pastas afirmaram que a venda das refinarias está amparada pela decisão do Supremo e segue o planejamento estratégico da Petrobras, aprovado pela empresa em 2016, com diretrizes para o período de 2017 a 2021. Na época, a petroleira informou que decidiu concentrar as operações na exploração e na produção de petróleo.

“Os ministérios da Economia e de Minas e Energia reforçam a necessidade de se fazer cumprir a decisão prévia do STF e apoiam o processo de transição do segmento de refino para um quadro de maior pluralidade de agentes, mais aberto e dinâmico”, destacou o texto.

A nota também ressaltou que um acordo do Cade, fechado em junho do ano passado, determinou que a Petrobras vendesse algumas refinarias para abrir o mercado de refino de petróleo, aumentando a concorrência no setor. As oito unidades a serem vendidas têm 1,1 milhão de capacidade diária de processamento de petróleo, refinando metade do petróleo no país.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Julho de 2020 - 22:00

Alimentação, alojamento e serviços domésticos são mais prejudicados no emprego, diz Ipea

por **Thais Carraña** | Folhapress

Os setores de comércio, construção e alimentação e alojamento foram até agora os mais afetados pelos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal, aponta estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), divulgado nesta segunda-feira. No setor informal, os serviços domésticos se destacam entre os mais prejudicados.

Para fazer a análise, os pesquisadores Carlos Henrique Corseuil, Lauro Ramos e Felipe Russo utilizaram dados do Caged (registro do Ministério da Economia de contratações e demissões de trabalhadores com carteira assinada), dos pedidos de seguro-desemprego e de aberturas de empresa no estado de São Paulo, além da Pnad Contínua do IBGE, que inclui também informações sobre o mercado de trabalho informal.

"O conjunto de medidas para conter a disseminação do novo coronavírus afetou fortemente a população ocupada no Brasil, principalmente a partir de abril deste ano", observam os pesquisadores do Ipea.

Segundo eles, os dados do Caged revelam que o grosso do ajuste no mercado de trabalho formal aconteceu através de uma redução das contratações, mais do que o aumento significativo das demissões.

Na indústria, por exemplo, a taxa de admissão passou de um crescimento de 3,18% em abril de 2020, para 1,33% este ano. Na construção, o percentual foi de 7,80% em abril do ano passado, a 3,62% este ano. Em alojamento e alimentação, a taxa caiu de 5,14% a apenas 0,74% em igual base de comparação

Já na ponta dos desligamentos, não houve variação significativa da taxa na comparação interanual, à exceção do próprio setor de alimentação e alojamento, cujas taxas de desligamento foram de 9,02% e 8,74% em março e abril desse ano, comparado a 5,62% e 5% em igual mês do ano passado.

"A contração nas admissões teve maior relevância que o aumento dos desligamentos para a queda no emprego formal na maior parte dos setores", observam os pesquisadores. "O setor de alojamento e alimentação foi o que registrou o pior resultado no crescimento líquido do emprego, justamente por ter sido uma exceção e ter ajustado o emprego nas duas margens, tanto nas admissões como nos desligamentos."

Os números de abertura de empresas em São Paulo corroboram os dados de admissão do Caged, observam os pesquisadores, com quedas destacadas em comércio e construção. Os dois setores abriram respectivamente 1.219 e 5.518 empresas em abril de 2019, contra 241 e 1.392 empresas em abril deste ano, a título de exemplo.

Incorporando à Pnad Contínua à análise, o que permite observar os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho informal, os pesquisadores observam que os impactos já eram sentidos desde março.

Conforme a pesquisa do IBGE, em abril, em relação a igual mês de 2019, a população ocupada do setor de comércio diminuiu em 1,9 milhão; no setor de construção, em 1,4 milhão; também em 1,4 milhão no setor de serviços domésticos; e em 1,2 milhão em alojamento e alimentação.

Os pesquisadores chamam a atenção para a particularidade da situação dos trabalhadores domésticos afetados pela crise. "É importante lembrar que o segmento de serviços domésticos é caracterizado por elevado grau de informalidade e, portanto, não se beneficia de programas voltados para o emprego formal, como o seguro-desemprego, o que sublinha a necessidade de políticas que conseguem atingir o contingente de trabalhadores informais, como o auxílio emergencial."

Embora o Caged mostre uma perda tímida de vagas formais na agropecuária, em decorrência da pandemia, a Pnad Contínua revela que, considerando trabalhadores informais, 537 mil postos se perderam no setor em abril, em relação ao ano anterior, destaca ainda o Ipea.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Julho de 2020 - 18:55

Salvador tem alta de 2,16% em preço de cesta básica mas ainda é a mais barata do país

por **Mauricio Leiro**



Salvador teve um aumento de 2,6% no mês de junho no preço das cestas básicas. Mesmo com o aumento, a capital baiana tem a cesta mais barata do país, que em média custa R\$ 419,18. Os valores foram divulgados através de levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgado nesta segunda-feira (6).

O valor médio da cesta básica caiu no mês, em 10 das 17 capitais pesquisadas, onde a maior redução registrada foi no Rio de Janeiro (8,23%), onde o conjunto de itens básicos ficou em R\$ 512,84. Em 12 meses, a cesta básica ainda acumula alta de 2,84% na capital fluminense.

Aracaju apresentou a maior alta no mês passado, 4,97%. No acumulado de janeiro a junho, os itens pesquisados pelo Dieese registram aumento de 19,34% e em 12 meses, os preços subiram 9,6%. A cesta básica ficou mais cara também em Campo Grande (4,32%), Fortaleza (2,01%), Belém (0,11%), Brasília (2,12%), Natal (3%) e Salvador (2,16%).

Brasília é única das capitais pesquisadas que apresenta queda no valor da cesta básica em 12 meses, com retração de 0,98%. O conjunto de itens básicos custam R\$ 450,45 na capital federal. No acumulado de janeiro a junho, a cesta registrou queda de 4,95% em Brasília.

São Paulo tem a cesta mais cara do país (R\$ 547,03). Em junho, os produtos tiveram queda de 1,68%, mas nos últimos 12 meses a alta acumulada é de 9,04%, de acordo com o levantamento ([veja levantamento completo](#)).

A cesta básica também ficou mais barata em junho em Florianópolis (1,35%), Porto Alegre (1,20%), Curitiba (4,75%), Vitória (6,84%), Goiânia (4,98%), Belo Horizonte (1,82%), Recife (3,58%) e João Pessoa (2,23%).

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 04/07/2020	



MERCADO PREVÊ QUEDA DA ECONOMIA EM 6,5% ESTE ANO



admin 6 Julho, 2020

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 6,54% para 6,50%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há seis semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC mantiveram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 1,63%, neste ano.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3%. A previsão para 2022 também não teve alteração: 3,50%. Para 2023, a estimativa passou de 3,50% para 3,42%.

A projeção para 2020 está abaixo do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75%, para 2022, 3,50%, e para 2023, 3,25% também com intervalo de 1,5 ponto percentual em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 em 2% ao ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica chegue a 3% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão é 5% ao ano e para o final de 2023, 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Dólar

A previsão para a cotação do dólar permanece em R\$ 5,20, ao final deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 5,05, contra previsão de R\$ 5 da semana passada. (Agência Brasil)

Foto: Marcello Camargo/Agência Brasil

Veículo: Política Livre	
Data: 07.07.2020	Caderno: Economia



07 de julho de 2020 | 09:42

Marinho solicita que MP amplie o prazo de incentivo fiscal a novos projetos do setor automotivo

BAHIA

O deputado federal Márcio Marinho (PRB) apresentou uma proposta de emenda à Medida Provisória (MP) nº 987/20, solicitando que seja prorrogado para 31 de outubro de 2020 o prazo das empresas do setor automotivo apresentar projetos que resultem em produtos ou modelos novos, com a finalidade de obter o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

De acordo com o texto, as empresas precisam comprovar, nesse mesmo período, valores mínimos de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas regiões onde estão instaladas para terem direito ao crédito, como ressarcimento dos valores pagos a título de PIS e Cofins sobre vendas realizadas entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2025.

O parlamentar considera inviável a data de 31 de agosto, que foi proposta pela MP. Ele ressalta que no atual cenário da pandemia, onde empresas foram forçadas a reduzir a carga horária de trabalho, a demitirem funcionários ou até mesmo a fecharem as portas por período indeterminado, elas careçam de tempo hábil para elaborarem e apresentarem os projetos.

“Considero a medida de fundamental importância, mas diante da atual situação que passamos, proponho a extensão do prazo para entrega dos projetos técnicos até 31 de outubro do ano corrente. Solicito ainda, apoio dos parlamentares com o objetivo de

incentivar as atividades do setor automotivo brasileiro, que tem sofrido enormes prejuízos com a atual situação do país”, concluiu.

Após o prazo de apresentação de emendas, a MP 987 será analisada diretamente no Plenário da Câmara, conforme o rito sumário de tramitação definido pelo Congresso Nacional durante o período de calamidade pública.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Justiça

06/07/2020 14:20

Procuradoria Administrativa reorganiza o acesso às minutas de editais disponibilizados no site da PGE

A Procuradoria Administrativa reorganizou, no site oficial da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, o acesso aos editais utilizados para a contratação de bens e serviços pelas unidades da Administração Pública estadual.

A partir de agora, no link de orientações jurídicas do site, o usuário encontrará ícones para acesso às “minutas de editais, termos e modelos” e também para as “matrizes de instrumentos convocatórios”.

Conforme explica o procurador André Magalhães, coordenador do Grupo Permanente de Uniformização e Padronização, as matrizes de editais são instrumentos mais genéricos, aprovados por portaria do procurador geral do Estado, que contemplam o maior número possível de soluções que podem vir a ser adotadas na formação dos editais. As minutas de editais padronizados, por sua vez, embora derivados das matrizes, consolidam as cláusulas e condições aplicáveis a uma determinada categoria de objeto, a exemplo da aquisição de bens da área da saúde, dos serviços terceirizados, das obras e serviços de engenharia, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, dentre outros.

“Trata-se de um trabalho contínuo, pois, além da identificação da necessidade de novos objetos a serem padronizados, é preciso promover a revisão de todos os editais, cada vez que as matrizes sofrem modificações”, afirmou o procurador.

A meta da Procuradoria Administrativa é promover a adaptação dos editais já existentes às alterações promovidas pela Portaria PGE no 143/19 nas matrizes aprovadas pelas portarias PGE no 021/19 e PGE no 023/19, procedendo, simultaneamente, à formação de novos padrões, de acordo com os instrumentos mais utilizados pelos órgãos da Administração.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

mercado **coronavírus**

Gasto com pandemia já consome dez vezes espaço aberto no teto em 2020

Medidas emergenciais se aproximam de R\$ 500 bi; mecanismo permite gasto sem descumprir regra

Bernardo Caram e Fábio Pupo

BRASÍLIA As medidas emergenciais autorizadas pelo governo para mitigar a pandemia do coronavírus e seus efeitos econômicos já consumiram o equivalente a dez vezes o espaço aberto no teto de gastos públicos em 2020.

Até o momento, R\$ 489,5 bilhões em desembolsos foram feitos por meio de crédito extraordinário, instrumento que não entra na conta do teto e pode ser usado em momentos de calamidade pública. A maior parte dessas liberações foi efetivada sem cancelamento de outras despesas.

Aprovada em 2016, a emenda constitucional do teto de gastos limita o crescimento dos gastos do governo à variação da taxa de inflação.

Em 2019, o teto ficou em R\$ 1,407 trilhão. Neste ano, com a correção pela inflação, o governo foi autorizado a ampliar as despesas em R\$ 47,8 bilhões, totalizando R\$ 1,454 trilhão.

Isso significa que, até o momento, os repasses federais no combate à pandemia do novo coronavírus já correspondem a aproximadamente um terço de todas as despesas previstas no teto de gastos para o ano completo de 2020.

Pela mais recente estimativa oficial, apresentada em maio, os gastos sujeitos ao teto fo-

Teto de gastos

Despesas sujeitas ao teto de gastos



Créditos extraordinários abertos no combate ao coronavírus

Data	Instrumento	Valor do crédito, em R\$ milhões	Destino
07.fev	MP 921	0,01	Ministério da Defesa
13.mar	MP 924	5,1	Ministérios da Educação e da Saúde
18.mar	Dec. 10.281	0,01	Ministério da Defesa
25.mar	MP 929	3,42	Ministérios da Ciência, Relações Exteriores, Defesa e Cidadania
01.abr	MP 935	51,64	Ministério da Economia *Auxílio a trabalhadores com salário cortado
02.abr	MP 942	0,64	Presidência e ministérios da Educação, Justiça e da Mulher
02.abr	MP 941	2,11	Ministérios da Educação, Saúde e Cidadania
02.abr	MP 940	9,44	Ministério da Saúde
02.abr	MP 939	16	Estados e municípios
02.abr	MP 937	98,2	Ministério da Cidadania *Auxílio emergencial de R\$ 600 a informais
03.abr	MP 943	34	Operações de crédito *Garantia para financiamento de folha salarial
08.abr	MP 949	0,9	Ministério de Minas e Energia
08.abr	MP 947	2,6	Ministério da Saúde
15.abr	MP 953	2,55	Ministério da Cidadania
24.abr	MP 957	0,5	Ministério da Cidadania
24.abr	MP 956	25,72	Ministério da Cidadania
06.mai	MP 962	0,42	Ministérios da Ciência e Relações Exteriores
07.mai	MP 963	5	Operações de crédito
19.mai	MP 967	5,57	Ministério da Saúde
20.mai	MP 969	10	Ministério da Saúde
25.mai	MP 970	29,06	Ministério da Cidadania
04.jun	MP 978	60,19	Estados e municípios *Repases diretos aos governos regionais
04.jun	MP 977	20	Encargos Financeiros *Garantia para crédito a empresas
04.jun	MP 976	4,49	Ministério da Saúde
25.jun	MP 985	0,3	Ministério da Defesa
30.jun	MP 988	101,6	Ministério da Cidadania *Auxílio emergencial de R\$ 600 a informais

Fontes: Tesouro Nacional e Presidência da República

ram calculados em R\$ 1,456 trilhão, aproximadamente R\$ 2 bilhões acima do máximo permitido.

Apesar da suspensão de normas fiscais, como a regra de ouro e a meta fiscal, o teto de gastos continua valendo neste ano. Com exceção dos gastos extraordinários para a pandemia, o governo segue obrigado a respeitar o teto para o Orçamento aprovado inicialmente para 2020.

O Ministério da Economia informou que ajustes ao longo do ano levarão o patamar para dentro do valor autorizado pela regra.

Como o teto já opera no limite, embora não esteja descumprindo nenhuma regra, o governo vai fazer desembolsos muito acima do valor estabelecido pela norma neste ano.

A explosão de gastos vai provocar forte alta da dívida pública. As estimativas do Ministério da Economia para a dívida bruta do governo geral já se aproximam de 100% do PIB (Produto Interno Bruto) para o encerramento do ano, um patamar recorde. No ano passado, o valor estava em 75,8% do PIB.

A equipe do Ministério da Economia argumenta que o abandono da austeridade fiscal é temporário e deve ser limitado ao período de calamidade pública, que se encerra em dezembro deste ano. O argumento é que qualquer despesa que se torne permanente deverá respeitar o teto de gastos.

A preocupação da equipe do ministro Paulo Guedes vem à tona no momento em que surtem correntes no Congresso Nacional para que o auxílio emergencial a trabalhadores informais seja transformado em um programa de renda básica definitiva.

semináriosfolha folha.com/escoladofuturo

★
★
★

webinar Escola do Futuro

6 e 7 de julho
15h30 às 17h

Evento gratuito

Assista ao vivo em folha.com.br pelo seu computador, tablet e celular

WhatsApp para perguntas ao vivo
11 99648-3478

Debate online sobre a escola do futuro

Entre os dias 6 e 7 de julho, especialistas e convidados discutem sobre os impactos da tecnologia na escola e como será a educação básica após a pandemia. Acompanhe ao vivo e participe pelo WhatsApp enviando perguntas. Confira a seguir o próximo debate:

HOJE

TENDÊNCIAS PARA A ESCOLA: A EDUCAÇÃO BÁSICA APÓS A PANDEMIA



ADEMAR CELEIDÔNIO
diretor de ensino e inovações educacionais no SAS Plataforma de Educação



CLAUDIA COSTIN
colunista da Folha e ex-diretora de educação do Banco Mundial



FÁBIO AIDAR
diretor do colégio Santa Cruz



MOZART RAMOS
membro do Conselho Nacional de Educação e ex-diretor do Instituto Ayrton Senna

#sigafolha • Cobertura especial do evento.

Patrocinado por **SAS** Plataforma de Educação

Realização **FOLHA** NÃO DA PRA NÃO LER.

Na tentativa de trazer uma alternativa a essa discussão, o ministro da Economia quer propor um reforço do programa Bolsa Família, que passará a se chamar Renda Brasil.

O aumento do público atendido e do valor do benefício, porém, vai depender da disposição do Congresso em reavaliar ou extinguir programas sociais considerados ineficientes, como abono salarial, seguro-desfeso e farmácia popular. O objetivo é remanejar recursos do Orçamento para não descumprir a regra do teto de gastos.

“O crédito extraordinário é um instrumento importante, é preciso ter uma válvula de escape para situações de emergência. Se não tivesse essa possibilidade, o teto já teria caído”, disse Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e colunista da Folha e um dos responsáveis pela formulação da PEC (proposta de emenda à Constituição) do teto.

Projeções feitas pelo economista apontam que eventual estorno anual da regra em 1% ao ano a partir de 2021 já seria suficiente para que a dívida pública perca o controle. “Se o gasto fica dentro do teto, a dívida cai rapidamente”, disse.

Segundo ele, os próximos anos vão exigir medidas como congelamento de salários e de contratações no serviço público, não concessão reajuste do salário mínimo acima da inflação, além de medidas que cortam gastos obrigatórios do governo.

“Acabar com o teto não é solução. É quebrar o termômetro. Se isso ocorrer, vai fazer o que para solucionar? Aumentar carga tributária?”, afirmou.

Na sexta (3), o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que o governo cumprirá o teto de gastos no ano que vem se não aumentar despesas, não conceder reajustes a servidores nem fazer concursos. Para que a norma não seja quebrada a partir de 2022, disse, o país precisará cortar gastos obrigatórios.

Entre as medidas defendidas por Mansueto, está a reforma administrativa, que reduz gastos com folha salarial por meio de uma reestruturação das carreiras no serviço público. Pronto desde o ano passado, porém, o texto não foi apresentado e não há previsão para envio ao Congresso.

Glossário do ajuste fiscal

TETO DE GASTOS

O que é: limita o crescimento dos gastos do governo à variação da taxa de inflação

Situação: em momentos de calamidade pública, crédito extraordinário pode ser usado e não entra na conta do teto

REGRA DE OURO

O que é: proíbe que governos federal, estadual e municipal realizem operações de créditos (dívidas) que excedam o valor das suas despesas de capital (investimentos)

Situação: PEC do Orçamento de Guerra criou regime extraordinário fiscal durante o estado de calamidade pública e liberou o governo de cumprir, neste ano, a regra de ouro

META FISCAL

O que é: Lei de Responsabilidade Fiscal define meta para o resultado primário (que não inclui despesas com juros) do governo

Situação: calamidade pública permite o descumprimento

Somos muitos e diversos os que defendemos o fim do teto de gastos

Grupo responde a coluna de Marcos Mendes, de 18 de junho, sobre a emenda constitucional que impõe limite a despesas do setor público

RÉPLICA

Fátima Bezerra, Caio Magri, Regina Adami e Denise Carreira

Bezerra é governadora do Rio Grande do Norte, integrante do Conselho do Nordeste; Magri é diretor-presidente do Instituto Ethos de Responsabilidade Social das Empresas; Adami é gestora pública, integrante do Ithim e da coordenação nacional da Galiléia Negra por Direitos; Carreira é educadora, integrante da coordenação da Ação Educativa, Plataforma DHESCA e da Coalizão Direitos Valem Mais.

A defesa do fim da emenda do teto de gastos mobiliza cada vez mais um variado leque de atores políticos que compreendem que é urgente aumentar o gasto social e ambiental para proteger e salvar vidas durante e no pós-pandemia e garantir o direito ao isolamento social à população; reagir ao crescimento alarmante das desigualdades no país com respostas redistributivas; transferir recursos do governo federal para estados e municípios sem chantagens federativas; e retomar uma economia em profunda recessão.

Cresce o entendimento em vários setores da sociedade de que o teto dos gastos é insustentável, reforçado por análise da IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado, publicada em junho, de que a manutenção da EC95 gerará em 2021 paralisação do já precário funcionamento da máquina pública, levando ao chamado shutdown.

Por isso, é fundamental que o Congresso suspenda os efeitos do teto dos gastos na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021, a ser apreciada nas próximas semanas.

Entre esses atores políticos que partilham da posição da insustentabilidade da EC95, constam: Conselhos, Frentes e Campanhas Nacionais de Direitos (Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Segurança Alimentar, Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente etc.).

Instituições acadêmicas e da área de ciência e tecnologia; redes, fóruns, entidades e movimentos da sociedade civil; entidades empresariais que compreendem a importância do gasto social para a dinamização de uma economia em recessão; associações de gestores públicos, como o Consórcio de governadores do Nordeste, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social, entre outros.

Juristas e economistas das mais variadas trajetórias públicas e perspectivas políticas, entre eles os reunidos na So-

[...]

O crescente apoio público ao fim da EC95, nacional e internacionalmente, também se associa ao movimento global de questionamento do papel da economia em um momento de crescimento da fome, do desemprego, da falência de milhares de empresas e do acirramento das desigualdades e violências, em especial, contra pessoas negras, enraizadas na política econômica de austeridade

cidade de Economia Política e na Associação Brasileira de Economistas pela Democracia.

Grande parte desses atores políticos vem se articulando por meio da Coalizão Direitos Valem Mais – pelo fim da EC95 e por uma Nova Economia, sinalizando uma construção política que visa impedir a disputa orçamentária entre áreas sociais e entre entes federados, estimulada perversamente pelo governo federal.

Com relação ao plano internacional, a defesa do fim da emenda constitucional 95 foi objeto de manifestações explícitas da OEA e da ONU. Esta a considerou a medida econômica mais drástica contra direitos sociais no planeta ao institucionalizar a política de austeridade por vinte anos.

O crescente apoio público ao fim da EC95, nacional e internacionalmente, também se associa ao movimento global de questionamento do papel da economia em um momento de crescimento da fome, do desemprego, da falência de milhares de empresas e do acirramento das desigualdades e violências, em especial, contra pessoas negras, enraizadas no racismo estrutural que organiza a política econômica de austeridade. Um quadro de grandes incertezas, com risco de novas pandemias em um contexto de aceleração das mudanças climáticas.

É necessária uma nova economia que enfrente as abissais desigualdades, que garanta a renda mínima ante o desemprego e a revolução 4.0, que regulamente de forma precisa o mercado financeiro e a atuação dos grupos transnacionais, que tribute mais os ricos e que, sobretudo, dê um fim às políticas econômicas de austeridade, criticadas inclusive pelo FMI como ineficientes em tempo de crise. Como destacado até mesmo pelo jornal britânico Financial Times em editorial de abril, é imperativo mudar o rumo da economia global para sustentação da vida no planeta.

No Brasil, esse questionamento da política econômica é tímido nos meios de comunicação, submetido à lógica da blindagem da austeridade.

No centro da roda, a pergunta: qual é a responsabilidade social do jornalismo brasileiro com a cobertura econômica crítica e propositiva? É urgente enfrentar com coragem o fundamentalismo econômico e explicitar que há alternativas responsáveis que retomam o projeto Constituinte e superam um Estado que opera para concentrar a renda nas mãos de poucos.

Benefício do IR deve ser revisto, diz Receita

BRASÍLIA O secretário da Receita Federal, José Tostes, disse nesta segunda-feira (6) que a reforma tributária, em estudo pelo governo federal, deve prever uma revisão em benefícios do Imposto de Renda, para pessoas físicas e empresas. No domingo (5), o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que, até o fim do ano, o governo conseguirá aprovar a proposta de reforma no sistema tributário, que ainda não foi apresentado ao Congresso.

Em videoconferência com a Unafisco (Associação Naci-

“Isso [a proposta de reforma] implica rever incentivos que acabam privilegiando setores em detrimento da progressividade do imposto”

José Tostes

PAINEL S.A.

Joana Cunha

joanac@grupofolha.com.br

Universalização

O novo marco regulatório do saneamento tem o mérito de buscar superar a lógica do município como poder concedente e traz a expectativa sobre o resultado do papel da agência reguladora nacional no processo. Por outro lado, é questionável o diagnóstico segundo o qual a presença do setor privado, por si só, será capaz de resolver o problema brasileiro porque vai trazer eficiência. A avaliação é do economista Gabriel Galipolo, presidente do Banco Fator.

GOTA “O que estamos vendo, já há algum tempo, com as próprias empresas estaduais de capital aberto é que, na lógica privada, faz pouco sentido fazer o subsídio cruzado. Ou seja, para o privado vai interessar ofertar o serviço onde ele é rentável. Por isso que nós assistimos à atuação das empresas privadas muito mais fragmentada”, afirma ele.

TORNEIRA Para Galipolo, o financiamento estrangeiro requer cuidado. Boa parte das empresas estaduais têm linhas internacionais subsidiadas, com taxas de juros baixas.

SEDE “Pelo apelo social e ambiental que existe no saneamento, elas têm acesso a linhas de crédito com taxas de baratas, mas geralmente feitas com exposição a um risco cambial alto. Porser estadual, acaba-se relevando o problema, mas ele precisa ser analisado com cuidado”, diz ele.

ÁGUA Segundo Galipolo, quando se financia um serviço que não gera receitas em moeda estrangeira, como o saneamento e outros áreas da infraestrutura, há um descausamento, porque o ativo fica em moeda doméstica e o passivo, na estrangeira.



PROSA

“Dizem que o mundo está inundado de liquidez, que vai chegar aqui pois temos várias oportunidades em infraestrutura. O que temos são carências no setor”

Gabriel Galipolo presidente do Banco Fator

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência	Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín.	R\$ 1.045
Valor máx.	R\$ 6.101,06

MEI (Microempreendedor)	Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín.	R\$ 1.045
Valor máx.	R\$ 2.089,60

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

* O prazo da competência de junho vence em 20 jul para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 jul. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Dezidir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP	Alíquota	Mínimo	Máximo
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

* O prazo para o padrão da doméstica vence em 7 jul. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

JBS cria concorrência desleal ao não firmar acordo, diz procuradora

ENTREVISTA
PRISCILA DIBI SCHVARCZ

SÃO PAULO O ambiente fechado, com baixa taxa de renovação do ar e uma dinâmica de produção que deixa trabalhadores muito próximos, transformou as unidades frigoríficas em locais propícios à propagação rápida de casos de coronavírus.

Em alguns estados, segundo o monitoramento feito pelo MPT (Ministério Público do Trabalho), 30% dos diagnósticos da doença vêm de trabalhadores de frigoríficos. Nos dois primeiros meses sob a pandemia, a situação mais grave se concentra no Sul, principalmente no Rio Grande do Sul e no oeste de Santa Catarina.

Depois de firmar acordos com indústrias do setor, que adequaram a produção de 81 frigoríficos (três deles com abrangência nacional), a preocupação dos procuradores do Trabalho se volta à avaliação da subnotificação e da baixa testagem.

Nos TACs (Termos de Ajustamento de Conduta), as empresas se comprometeram em investir em processos mais seguros para os trabalhadores, sob pena de arcar com multas de até R\$ 1 milhão em caso de descumprimento.

Entre as maiores, Marfrig, BRF e Aurora aceitaram colocar no papel promessas como reorganizar escalas, garantir distância de um metro entre os trabalhadores da linha de produção, instalar anteparos, fornecer máscaras e protetores faciais.

Elas também se comprometem a não realizar abates extraordinários sem que isso seja negociado com os sindicatos da categoria. Juntas, essas plantas empregam 170 mil pessoas.

A Folha, a gerente adjunta do Projeto de Adequação das Condições de Trabalho nos Frigoríficos, procuradora Priscila Dibi Schvarcz, diz que, inicialmente, as empresas resistiram a adotar medidas.

O perfil do trabalho nesses locais, segundo ela, favorece a contaminação rápida dos funcionários. Nas esteiras de corte trabalho é "ombro a ombro", afirma Schvarcz. Nesse sentido, a situação mais crítica vem das unidades de aves, que têm mais funcionários.

Segundo a procuradora, só a JBS resiste em colocar os compromissos no papel. Essa atitude, diz, cria um tipo de concorrência desleal com as demais empresas do setor. **FB**

A sra. poderia explicar como é atuação num setor tão particular como o de frigoríficos, que tem muita gente na linha de produção? Qual é o desafio no contexto de pandemia? Nós temos no MPT o projeto de frigoríficos. Há dez anos, ele trabalha com essas questões bem pontuais e específicas. É um setor bastante diferente, com várias especificidades. Existem problemas de ergonomia, como adocentamentos osteomusculares [lesões por esforço repetitivo].

Durante a pandemia, o projeto elaborou, em 31 de março, uma recomendação, antes de decretos estaduais, com medidas de prevenção. Nós acompanhamos os surtos em unidades frigoríficas de outros países, como EUA, e na União Europeia e nos antecipamos.

Em um primeiro momento, houve certa resistência das empresas, que achavam que as medidas eram desnecessárias, exageradas e inexecutáveis, mas depois adotaram. Hoje, já temos um arcabouço normativo para o setor.

Firmamos Termos de Ajuste de Conduta com 81 unidades frigoríficas no Brasil, abrangendo 170 mil trabalhadores.

Também ajudamos ações quando não conseguimos firmar esses acordos. A prioridade sempre é pela resolução



Priscila Dibi Schvarcz
Formada em direito pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), é gerente nacional adjunta do Projeto de Adequação das Condições de Trabalho nos Frigoríficos do MPT (Ministério Público do Trabalho)

acordada, adequada às próprias necessidades da empresa e a partir da realidade local.

Qual é a situação hoje? No Rio Grande do Sul, temos 5.522 casos de Covid-19 somente em trabalhadores de frigoríficos, de 34 plantas. No estado, começaram a firmar acordos com as empresas para testagens em massa. Os resultados são bastante surpreendentes. Quando aplicados os testes, verificou-se que em torno de 20% a 30% das plantas estavam contaminadas. E muitas pessoas já tinham tido a Covid-19. Ou seja, transmitiram, adoeceram, melhoraram, e ninguém viu.

Os 28 primeiros municípios do Rio Grande do Sul em número de maior incidência de Covid-19 para cada 100 mil habitantes, todos são sede de frigoríficos ou cedem trabalhadores, que têm representatividade muito grande na interiorização da Covid-19.

Empresas do setor dizem que fechar unidade traz risco de abate sanitário [sacrificar o animal que não irá para a produção de carne]. Eles têm falado bastante disso. A JBS de Passo Fundo foi a primeira unidade fechada no Brasil por questões da Covid, e não havia ainda debate sobre abate sanitário. O que eles faziam? Deslocavam a produção para outras unidades, porque a JBS tem muitas unidades. A produção não foi afetada.

Quando houve a interdição por parte do Ministério Público Estadual da BRF de Lajeado é que surgiu o debate do abate sanitário. A empresa ficou três dias fechadas. Só não chega a ter impacto nenhum em granja, não gera [problema] três dias de paralisação.

Há números de outros estados? Não, justamente porque existe muita subnotificação, muita resistência de testagem. Quando falamos em 20 casos, na verdade, tem de 200 a 300. É no mínimo dez mais do que se fala inicialmente.

As associações do setor têm dito que o volume de testagem é o que está levando a aparentar que a contaminação é alta nos frigoríficos. Agora, eles começaram com isso.

Em MS, onde também houve casos em Guia Lopes da Laguna, que é uma cidade pequena, e o surto veio do frigoríficos, o sindicato dos trabalhadores foi à Justiça, mas a unidade não foi fechada sob o argumento de preservar a segurança alimentar. Esse é um outro ponto levantado pelo setor. Argumentam que pode gerar crise de abastecimento. Mas o que é importante destacar: a atividade [frigorífica] é essencial. Parar pontualmente unidades de uma atividade essencial, não é lockdown.

O segundo ponto é que grande parte dessas unidades produz para exportação. Que preservação de mercado interno é essa se toda a produção vai para a exportação?

Esses frigoríficos com mais problemas produzem que tipo de carne? Aves e suínos.

O que de específico há nesses frigoríficos que torna tudo tão propício a essa produção?

Empresa diz que não interfere na defesa da livre concorrência

A JBS diz, em nota, que a assinatura de TACs é decisão empresarial de caráter independente e que eles não interferem na defesa da livre concorrência. "A JBS reitera que adota rigorosos protocolos de prevenção e segurança dos seus colaboradores em suas unidades e que estão em total conformidade com as normas estabelecidas pelo poder público no país, não havendo, portanto, nenhuma infração ou medida passível de ajuste por meio de TAC a ser firmado pela companhia."

pagação tão rápida? O primeiro fator é a quantidade de trabalhadores nas unidades. Depois, a forma de trabalho, que coloca as pessoas muito próximas. A gente chama esse tipo de linha de produção de trabalho ombro a ombro, porque, efetivamente, eles ficam muito perto.

Mas há, ainda, muitos outros pontos de aglomeração, como embarque e desembarque de veículo, registro de jornada, vestiários, refeitórios, áreas de pausas.

Outro problema, sobretudo nos setores refrigerados, é a baixa renovação de ar. Isso deixa o ar mais viciado.

Além disso, tem o que consideramos a maior falha, é a falta de implementação de medidas de vigilância ativa. Faltam profissionais da saúde, dentro das unidades, para trabalhar na identificação de sintomas e fazer o afastamento precoce desses trabalhadores.

A JBS não assinou nenhum TAC mesmo? Não, a JBS não acordou. Temos TACs firmados com 81 unidades, e a JBS é a única empresa até agora que não firmou termo de ajuste de conduta.

E não é só a questão de firmar TAC. O Termo de Ajustamento de Conduta é um acordo extrajudicial. A JBS se recusa a firmar até acordos judiciais. Não há nenhum tipo de cooperação com a empresa.

Isso acaba gerando uma concorrência desleal com as empresas? Porque todas as demais firmaram as obrigações e, se descumpriram, concordaram que vão ter que pagar multa. E a JBS não. Eles querem adotar as medidas que eles acham que têm que adotar, da forma como acham e sem punição nenhuma envolvida. É um problema que gera concorrência desleal.

Empresas do setor dizem que fechar unidade traz risco de abate sanitário [sacrificar o animal que não irá para a produção de carne]. Eles têm falado bastante disso. A JBS de Passo Fundo foi a primeira unidade fechada no Brasil por questões da Covid, e não havia ainda debate sobre abate sanitário. O que eles faziam? Deslocavam a produção para outras unidades, porque a JBS tem muitas unidades. A produção não foi afetada.

Quando houve a interdição por parte do Ministério Público Estadual da BRF de Lajeado é que surgiu o debate do abate sanitário. A empresa ficou três dias fechadas. Só não chega a ter impacto nenhum em granja, não gera [problema] três dias de paralisação.

Em MS, onde também houve casos em Guia Lopes da Laguna, que é uma cidade pequena, e o surto veio do frigoríficos, o sindicato dos trabalhadores foi à Justiça, mas a unidade não foi fechada sob o argumento de preservar a segurança alimentar. Esse é um outro ponto levantado pelo setor. Argumentam que pode gerar crise de abastecimento. Mas o que é importante destacar: a atividade [frigorífica] é essencial. Parar pontualmente unidades de uma atividade essencial, não é lockdown.

O segundo ponto é que grande parte dessas unidades produz para exportação. Que preservação de mercado interno é essa se toda a produção vai para a exportação?

Esses frigoríficos com mais problemas produzem que tipo de carne? Aves e suínos.

Bolsonaro decide vetar prorrogação de desoneração da folha

Presidente barra medida que beneficiaria 17 setores ao sancionar lei que permite prolongar corte de jornada

Thiago Resende e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Ao sancionar a lei que permite a prorrogação do programa de suspensão de contrato de trabalho e corte de jornada, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos, que hoje vale para 17 setores da economia.

O Congresso aprovou, em junho, a permissão para o governo estender a flexibilização de regras trabalhistas na pandemia, como a redução de jornada e de salário, e incluiu no projeto um artigo para que a desoneração da folha, medida que diminui o custo de contratação de funcionários, valesse até o fim de 2021.

Bolsonaro, porém, seguiu a recomendação da equipe econômica e vetou o artigo que prolongava a desoneração da folha, por exemplo, para o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas e criação de jogos eletrônicos, além de call center e empresas de comunicação (mídia). O ministro Paulo Guedes (Economia) quer uma desoneração mais ampla e permanente.

Essa medida, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% de contribuição sobre a folha de pagamento para a Previdência.

Agora, caberá ao Congresso analisar o veto, podendo aceitá-lo ou derrubá-lo.

O governo argumentou que essa medida não estava prevista no projeto de lei enviado ao Legislativo, cujo objetivo foi alterar regras trabalhistas na pandemia para que padrões pudessem reduzir custos e, em troca, o Ministério da Economia criou um benefício para suavizar a queda na renda dos trabalhadores.

Em vigor desde abril, o programa prevê um prazo máximo de dois meses para a suspensão de contratos de trabalho e de três meses para o corte de jornada e, consequentemente, de salário.

O governo quer, agora, estender esses prazos, permitindo que empresas façam nova negociação com os empregados para prorrogar a medida.

A ideia é que o prazo dos acordos seja, no total, de qua-

tro meses —um mês a mais de corte de jornada e dois a mais de suspensão de contrato. Isso deve ser feito por decreto do presidente.

A autorização para que Bolsonaro amplie o prazo da medida foi dada pelo Congresso, que aprovou em junho a proposta de redução de jornada e suspensão de contratos.

O programa foi criado por medida provisória, em abril. Assim, as regras passaram a valer imediatamente, enquanto o Congresso ainda avaliava o projeto.

Em negociação com o governo, os parlamentares decidiram conceder ao presidente o poder de estender os prazos por decreto.

Bolsonaro também vetou um dispositivo que garantia pagamento do benefício emergencial de R\$ 600, durante três meses, para os empregados demitidos sem justa causa durante a pandemia que não têm direito ao seguro-desemprego.

O governo também atingiria empregados domésticos. A justificativa usada pelo Planalto é que o item criaria despesa obrigatória ao poder público, o que viola dispositivos constitucionais.

Comunicado aos proprietários dos veículos T-Cross

A Volkswagen do Brasil convoca os proprietários dos veículos T-Cross, incluídos nos intervalos abaixo de chassis não sequenciais, a contatarem uma Concessionária Volkswagen para o agendamento da substituição das porcas superiores de fixação das bieletas nos amortecedores dianteiros.

MODELO	ANO-MODELO	CHASSIS NÃO SEQUENCIAIS
T-Cross	2020	L4000105 até L4068835 L4900066 até L4900160

Data de fabricação dos veículos:
de 23/1/2019 até 10/2/2020.

Data do início do atendimento:
13/7/2020.

Local de agendamento e atendimento do serviço:
Rede de Concessionárias Volkswagen.

Componente envolvido:
Porcas superiores de fixação das bieletas nos amortecedores dianteiros.

Razão técnica:
Foi constatada a possibilidade de soltura das porcas superiores de fixação das bieletas nos amortecedores dianteiros.

Risco:
O afrouxamento da fixação da porca superior causará ruído na suspensão dianteira e, em caso de uso continuado nesta condição, a porca e a bieleta poderão se soltar, comprometendo a estabilidade do veículo em manobras bruscas e aumentando o risco de acidentes e danos materiais, danos físicos graves ou até mesmo fatais aos ocupantes do veículo e a terceiros.

Solução:
Substituição das porcas superiores de fixação das bieletas e aplicação de trava química.

Notificação:
Este serviço é gratuito e o tempo de serviço é estimado em 45 (quarenta e cinco) minutos.

Para melhor informar e atender os clientes, a Volkswagen do Brasil enviará cartas aos proprietários dos veículos envolvidos nesta ação.

Para verificar se seu veículo está afetado nesta ação ou para informações adicionais, consulte a Central de Relacionamento com Clientes pelo telefone 0800 019 8866 ou acesse o site da empresa na internet www.vw.com.br



Volkswagen do Brasil



Retomada da economia ganha fôlego em junho

Vendas de carros e do varejo sobem. Auxílio emergencial ajuda reação. No entanto, uma recuperação sustentada depende de uma série de fatores

Cássia Almeida, Henrique Gomes Batista e Marcello Corrêa

07/07/2020 - 04:30 / Atualizado em 07/07/2020 - 07:38

RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA - Indicadores divulgados na segunda-feira mostram uma reação da atividade econômica em junho. As montadoras, que voltaram a produzir em maio, depois da parada em abril, mais que [dobraram a fabricação de veículos](#) no mês passado — 98,7 mil unidades contra 43,1 mil em maio. Na ponta do consumo final, a Receita constatou que houve aumento de 10,3% nas [vendas ao consumidor](#), na comparação com junho do ano passado, somando R\$ 23,9 bilhões por dia.

Os números sugerem que o pior da crise provocada pela [pandemia](#) do novo [coronavírus](#) pode ter ficado para trás, mas uma recuperação sustentada, dizem os economistas, ainda depende de uma série de fatores, principalmente do controle da pandemia para evitar uma segunda onda de contágio e a adoção de novas medidas de isolamento.

Consultorias, contudo, já começam a rever o tombo esperado no segundo trimestre. Na média, o mercado esperava queda de 12%. As novas projeções estão ficando abaixo de 10%.

— O segundo trimestre está vindo um pouco melhor. O governo atuou de maneira sem precedente o que atenuou o choque — diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que admite que pode revisar a retração de abril a junho, auge da quarentena, para queda de 9%.

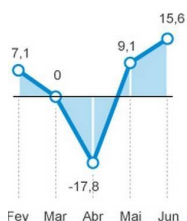
Thiago Xavier, economista da Consultoria Tendências, afirma que o pior da crise da pandemia parece ter passado, porém isso não significa que haverá uma rápida recuperação, mesmo com os números de reaquecimento vistos em junho e previstos para julho:

— Vemos esta retomada em dois momentos: o primeiro será mais forte, pelo retorno às atividades das pessoas que estavam em isolamento social; e segundo será mais lento, devido aos danos mais permanentes na economia.

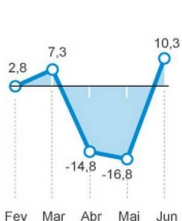
Vendas com notas fiscais eletrônicas

variação em %

Frente ao mês anterior



Frente ao mesmo mês de 2019

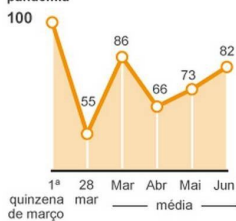


Fonte: Receita Federal / Itaú Unibanco

Índice diário de atividades

Indicador começa em 100

Início da pandemia



O GLOBO

Indicadores de recuperação Foto: Criação O Globo

Para o economista, esta trajetória tem ocorrido em todo o mundo. Mas ele acredita que isso tende a ser pior no Brasil, por causa de questões estruturais, como a alta informalidade no mercado de trabalho, e conjunturais, como a lenta recuperação da economia.

O fundo do poço parece ter passado quando se acompanha o índice diário do Itaú Unibanco. No pior momento, no dia 28 de março, a atividade caiu quase pela metade. Já o dado de junho mostra que a retomada foi suficiente para se aproximar do nível de antes da quarentena.

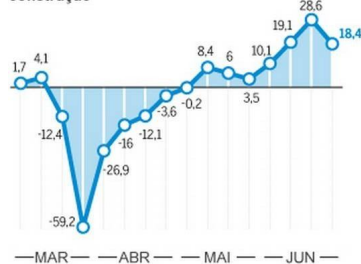
Numa escala até cem, que seria o início de março, a economia já se recuperou e chegou a 82. Julia Gottlieb, economista do banco, também espera um tombo menor no segundo trimestre:

— Não só olhando nosso indicador, mas a confiança do empresário, o fluxo de veículos nas estradas, começamos a ver que o pior momento deve ter ficado em abril. Não voltamos ao nível pré-crise, mas há uma recuperação.

Desempenho semanal nas vendas

Acompanha movimento com cartões, em %

Material de construção



Móveis, eletrodomésticos e lojas de departamento



Fonte: Índice Cielo do Varejo Ampliado

O GLOBO

Indicadores de recuperação Foto: Criação O Globo

A melhora nos indicadores refletem, segundo ela, a reabertura gradual da economia nas cidades:

— O indicador de isolamento social, medido pelo movimento dos celulares, mostra que o auge também foi em fim de março e início de abril, como a retração da atividade econômica. Conforme vai reabrindo, vai melhorando gradualmente, mesmo que de maneira heterogênea entre os setores.

A movimentação nos pedágios em estradas concedidas comprova melhora. De acordo com dados da CCR — a maior empresa do setor — entre 26 de junho e 2 de julho, a queda no movimento nas praças de pedágio foi de 16%. No auge da crise do setor, entre os dias 10 e 16 de abril, o recuo chegou a 37%.

Setor automotivo

MESES	Produção de carros	EM RELAÇÃO AO MÊS ANTERIOR	Licenciamento de carros	EM RELAÇÃO AO MÊS ANTERIOR
	EM UNIDADES			
Março	190 mil	-7,0%	163,6 mil	-18,6%
Abril	1,8 mil	-99,0%	55,7 mil	-65,9%
Maió	43,1 mil	+2.243,4%	62,2 mil	+11,6%
Junho	98,7 mil	+129,1%	132,8 mil	+113,6%

Fonte: Anfavea

O GLOBO

Indicadores de recuperação Foto: Criação O Globo

Segundo José Ronaldo de Castro Júnior, diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea, vários indicadores, como consumo de energia industrial e varejo de eletrônicos e eletrodomésticos estão mostrando recuperação significativa. Para ele, a internet também explica o resultado melhor que o esperado:

— Os números de cartão de crédito mostram uma recuperação bastante significativa, com aquisição principalmente de produtos para casa. Houve mais consumo pela internet ou por telefone, como parte da adaptação à nova realidade.

Ele cita ainda o [impacto do auxílio emergencial](#), que pode injetar mais de R\$ 250 bilhões na economia:

— O impacto dessa ajuda está segurando o consumo.

Estudo do Ipea mostra que os recursos do auxílio emergencial foram suficientes para compensar 45% do total da renda do trabalho perdida com a pandemia, reduzindo a queda no consumo.

Outro indicador importante de atividade é o consumo de energia industrial, como Castro Júnior chamou atenção. De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), os resultados preliminares de junho apontam para forte alta do consumo, em relação ao registrado em maio.

Entre 1º e 26 de junho, o consumo nacional de energia foi 4,7% menor que em igual período de 2019, o melhor resultado desde o início da pandemia.

Em maio, a retração foi de 10,9% e, em abril, de 12,1%.

O que impulsionou a economia



Comércio eletrônico

Manteve as vendas de eletrodomésticos e lojas de departamento



Auxílio emergencial

Reduziu a queda da renda dos trabalhadores e, para uma parcela, chegou a superar os rendimentos de antes da pandemia



Retomada da atividade

Comércio e serviços começam a reabrir

O GLOBO

Indicador de recuperação Foto: Criação O Globo

Fernanda Vilhena, da Nielsen Brasil, afirma que, no varejo, os dados mostram normalização dos hábitos do consumo:

— A maior alta das vendas do varejo ocorreu no início da pandemia, pelo isolamento e pela necessidade de estocar alimentos. Agora, com a retomada da atividade, vemos um crescimento menor na venda dos supermercados, em parte porque as pessoas começam a consumir alimentos na rua, por exemplo, mesmo que ainda longe do padrão de antes do novo coronavírus.

No setor automobilístico, a retomada recente vai ajudar a reduzir o tombo no ano, mas a recuperação ainda será lenta:

— A recuperação está vindo, mas não deve ser em “V”, como os economistas chamam uma rápida recuperação — disse Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea, associação das montadoras.

ENTREVISTA

Armínio Fraga / ECONOMISTA

DINHEIRO PÚBLICO E MAQUININHAS PARA SOCORRER PEQUENOS



GABRIEL MONTEIRO

Receita.

Fraga defende crédito com pagamento baseado no desempenho do negócio

Combinar linhas de crédito com recursos públicos e máquinas de pagamento — modelo já avaliado pelo governo — pode ser a saída para socorrer pequenas e médias empresas na crise atual, diz o economista Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central (BC) e sócio-fundador da Gávea Investimentos. Ele frisa, porém, que iniciativas para ajudar esses empreendedores têm de sair do papel de imediato.

Por que as pequenas e médias empresas são mais vulneráveis?

Porque têm pouco capital e margens pequenas. A maioria não tem acesso a crédito e agora muitas dependem de contato pessoal. Então, a perda de receita em um número grande

de empresas é enorme, chega a 80% ou 100%. Não é o que se costuma ver em uma recessão. Alguns são obrigados a fechar.

Quais iniciativas podem dar maior fôlego aos empreendedores?

Minha sugestão é combinar dinheiro público e maquininhas. Dinheiro público porque não é razoável que um banco aja para fazer um empréstimo que tenha valor esperado negativo. A última coisa que se quer nesse momento é uma crise bancária. O governo poderia correr esse risco. E tem anunciado que pretende usar as maquininhas. O desenho que está sendo considerado, e foi o que o setor apresentou, é parecido com o do crédito consignado, pois os fluxos de pagamento das

empresas passam pelas credenciadoras. A proposta é que o dinheiro público corra o risco e as maquininhas executem a operação. Isso permitirá ganhar velocidade.

Como funcionaria esse modelo?

É um consignado baseado em desempenho. É o que deveria ser, na minha opinião. Fazer uma vinculação ao faturamento é extremamente promissor e algo positivo do ponto de vista de um desenho de uma política pública. Pode até ter uma divisão de risco. Se a receita voltar muito firme, adianta o pagamento.

Não seria proposta já atrasada?

Não entendo por que isso não foi feito ainda. É uma reclamação enorme dos pequenos, de

que o dinheiro não está chegando. Isso requer reflexão. Alguém tem que ir fundo nos detalhes. A ideia lá atrás era pegar um empréstimo para uma empresa que era viável antes da crise. Mas há casos como um restaurante fechado que não vai abrir. Será que essa é a ajuda certa? Ou ajudar a todos os funcionários para eles entrem na assistência dos R\$ 600 ou do seguro-desemprego?

E qual seria a solução?

No caso limite em que a empresa foi forçada a fechar, talvez, a solução seja, sim, o crédito. Mas quanto? Tem gente no Brasil que acha que é só imprimir dinheiro. Isso é uma sandice. É uma receita perigosa, um remédio que, se você errar na dose, gera problema.

Apesar de sinais otimistas, recuperação será lenta

O consumo privado, enfraquecido, não sustentará uma retomada forte

07/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Indicadores divulgados nos últimos dias sinalizam que a economia começa a se recuperar e pode não ter afundado tanto quanto chegou a ser estimado. Um deles foi o crescimento de 7% da indústria em maio em comparação com abril. Foi a maior alta desde junho de 2018, quando terminou a greve dos caminhoneiros. Os números reforçam a avaliação de que abril foi o fundo do poço. Puxaram o resultado o salto de 244% da produção de veículos, de 16,2% dos derivados de petróleo e de 65,5% de bebidas. O Monitor do PIB da Fundação Getulio Vargas (FGV) também foi positivo em maio. O índice cresceu 4,2% em comparação com abril, a maior alta desde janeiro de 1991.

No entanto, nem de longe a expansão industrial de maio compensou a perda de 26,3% acumulada em março e abril. Segundo o IBGE, a indústria está produzindo 21,1% a menos do que em fevereiro, antes das medidas de isolamento social. Somente entre março e abril a produção de bens duráveis teve queda de 84,2%. Da mesma forma, a reação do PIB registrada pela FGV só compensa parcialmente as pesadas perdas nos dois meses anteriores, de 5,1% em março e de 9,1% em abril.

O que está deixando um grupo de economistas especialmente otimista são alguns indicadores não tradicionais, considerados antecipadores de tendência. Entre eles estão as vendas de varejo detectadas por credenciadora de cartões, a percepção dos gerentes de compra, o consumo de energia e o aumento da mobilidade das pessoas. Outro exemplo é o crescimento de 15,6% das vendas em junho em

comparação com maio, constatada pela Receita a partir do registro de notas fiscais, divulgada ontem. O economista-chefe do Itaú, Mário Mesquita, escreveu no **Valor** (2/7) que fontes alternativas de informações adquiriram importância dada as limitações impostas pela pandemia para a elaboração de pesquisas tradicionais, e não apenas no Brasil.

Faz parte do grupo ainda minoritário dos otimistas o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que, baseado em dados como energia, tráfego, arrecadação e volume de TEDs, assegurou a melhoria do nível de atividades em junho, sustentando que a “primeira parte dessa recuperação foi em V”. Ele repetiu assim a previsão de uma reação em V, que o ministro da Economia, Paulo Guedes, havia feito em abril, quando foi alvo de duras críticas.

Os sinais positivos estão levando a uma revisão das projeções para o PIB do ano. O próprio BC trabalha com uma retração de 6,4%, inferior ao estimado por organismos internacionais, que varia de queda de 6% a 7,4% da OCDE a 8,1% do Banco Mundial e 9,1% do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mário Mesquita escreveu que, se a contração do segundo trimestre, apesar de significativa, for realmente menos intensa do que se previu, o resultado do ano será mais moderado, com queda entre 4% e 5%, dependendo de “um não recrudescimento da pandemia no segundo semestre do ano”.

Não só a evolução da pandemia do novo coronavírus e a falta de uma política nacional de enfrentamento da doença colocam em dúvida as projeções mais otimistas. Há a preocupação com a saúde das empresas dada a persistência da crise; e, principalmente, com o mercado de trabalho, cujo fundo do poço parece estar mais embaixo.

Também em relação ao mercado de trabalho as informações tradicionalmente acompanhadas não refletem toda a realidade. Levantamento mais recente do IBGE mostrou que a taxa de desemprego ficou em 12,9% no trimestre encerrado em maio, em comparação com 12,3% de abril. Os informais foram especialmente afetados. Outros números mostram um quadro mais conturbado. Houve uma redução de 7,8 milhões de pessoas ocupadas, sendo cerca de 2,5 milhões com carteira de trabalho assinada, entre maio e março, quando se compara a igual período de 2019.

Do total de 173,6 milhões de pessoas em idade de trabalhar (todos os maiores de 14 anos, incluindo desalentados, estudantes e donas de casa), há mais gente fora do mercado, 50,5% do que trabalhando, pela primeira vez na série história iniciada em 2012. Dados do IBGE mostram que 18,16 milhões de pessoas gostariam de trabalhar, mas não procuravam oportunidades por causa da pandemia ou devido à falta de vagas.

Mesmo com a prorrogação, o auxílio emergencial não vai compensar a perda de renda população. O consumo privado, que vinha impulsionando o PIB, não contará como sustentação, tornando lenta a recuperação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

50 distribuidoras vão pegar R\$ 14,8 bi da Conta Covid

Pacote de socorro ao setor elétrico soma total de R\$ 16,1 bilhões; segundo Aneel, apenas três companhias não fizeram adesão

Por **Rodrigo Polito** — Do Rio

07/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Superada a primeira etapa do programa de apoio às elétricas, com a adesão de quase a totalidade das distribuidoras de energia à “Conta Covid”, o próximo capítulo das discussões no mercado de energia deverá ser concentrado no equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias e para quais caberá, ou não, uma revisão tarifária extraordinária.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 50 distribuidoras, de um total de 53 empresas, formalizaram o pedido de empréstimo da Conta Covid. O valor solicitado por essas companhias alcançou R\$ 14,8 bilhões, de um total de R\$ 16,1 bilhões estipulados como o máximo disponível pela autarquia.

Apenas três concessionárias - Cooperaliança, João Cesa, ambas Estado de Santa Catarina, e Forcel, do Paraná - não enviaram o termo de adesão ao empréstimo. A operação será estruturada por um sindicato de bancos coordenado pelo BNDES.

De acordo com a agência, após o envio dos termos de adesão, os próximos marcos da Conta Covid são o despacho da Aneel aprovando o valor global do empréstimo e a minuta dos contratos a serem celebrados; a realização das assinaturas dos contratos; publicação de despacho com as condições prévias de desembolso para as distribuidoras e, por fim, o desembolso dos valores acordados no empréstimo, previsto para ocorrer até o fim deste mês.

O órgão regulador acrescenta que a iniciativa foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia. O aumento da conta seria elevado por efeitos como, principalmente, o reajuste do preço da energia gerada em Itaipu, que acompanha a variação do dólar, a alta na remuneração das políticas públicas do setor; e o repasse dos custos de novas instalações de sistema de transmissão.

Segundo a Aneel, se não houvesse a proposta da Conta Covid, essas despesas seriam incluídas integralmente na conta de luz nos próximos reajustes, para serem pagas em 12 meses. Com a Conta Covid, o impacto será diluído em prazo total de 65 meses.

O presidente da Rege Consultoria e ex-diretor da Aneel, Tiago Correia, considerou o desfecho da discussão positivo. Com relação à segunda etapa, relativa à abertura de consulta pública para tratar da questão do equilíbrio econômico, ele disse não haver dúvidas de que as empresas sofrerão impactos econômicos. Porém, o tamanho do impacto, o nível de endividamento e o prazo da nova revisão tarifária serão determinantes para decidir se a distribuidora precisará de uma revisão extraordinária. Isso será analisado para cada caso.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Nova tecnologia ajuda nos sintomas das varizes de forma mais rápida e eficaz.
VARIGOLD

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

Petrobras espera concluir em breve revisão de ativos

Segundo o presidente da estatal, empresa deverá ter uma nova estimativa de investimentos para os próximos anos quando terminar a revisão do portfólio em andamento

Por **Rodrigo Polito** — Do Rio

07/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Petrobras espera ter uma nova estimativa de investimentos para os próximos anos quando terminar a revisão do portfólio em andamento. Segundo o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, a expectativa é que esse trabalho seja concluído em breve.

O atual plano de negócios da empresa, para o período 2020-2024, prevê investimentos de US\$ 75,7 bilhões. O documento, no entanto, foi elaborado antes da pandemia do novo coronavírus, em um cenário completamente diferente do que é visto hoje.

Para este ano, a empresa reduziu a previsão de investimentos, de US\$ 12 milhões para US\$ 8,5 bilhões, justamente devido aos efeitos da pandemia para a economia.

O executivo, que participou de evento online do Citi, reforçou que o principal objetivo da companhia é reduzir seu endividamento. Para o fim deste ano, a meta é que esse indicador fique em, no máximo, US\$ 87 bilhões.

Sobre a produção, o presidente da estatal contou que a empresa pretende realizar no fim do terceiro trimestre e no início do quarto a maior parte das paradas para manutenção de plataformas que estavam inicialmente previstas para a primeira

metade do ano e que foram adiadas devido ao risco de contágio do novo coronavírus.

Castello Branco disse ainda que, em relação ao ciclone observado na semana passada no país, apesar do mau tempo, não houve necessidade de interromper a produção de nenhuma plataforma em alto-mar. Ele acrescentou que isso foi resultado da estratégia da empresa de ter baixo volume de armazenamento de óleo nas plataformas.

Questionado sobre os planos do governo de privatizar a Pré-sal Petróleo (PPSA), estatal que representa os interesses da União nos contratos de partilha de produção, Castello Branco voltou a defender o fim do modelo de partilha. Segundo ele, esse regime regulatório não adiciona valor para o país, nem para as companhias. "Precisamos de um marco regulatório mais amigável ao investidor estrangeiro", afirmou.

O executivo também disse que espera revisar o acordo de acionistas da Braskem com a Odebrecht em seis meses. Na "Live do Valor" - espaço para discussão de temas relevantes para o Brasil e o mundo no cenário do coronavírus - na semana passada, ele já havia comentado que a petroleira mantém conversas com Odebrecht sobre o assunto. A meta da estatal é vender sua fatia na petroquímica.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Descubra como economizar até 67% em suas vendas online com uma mudança simples em sua página!

Secretário da Receita descarta imposto sobre grandes fortunas

A reforma tributária deve priorizar a reformulação da estrutura sobre o consumo, diz José Barroso Tostes Neto

Por Mariana Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

07/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A proposta de reforma tributária em discussão no governo não inclui a possibilidade de tributação de grandes fortunas, disse ontem o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto. Segundo ele, a equipe acompanha “alguns projetos que entraram no Congresso com esse objetivo” e vai apresentar o resultado dessa avaliação.

Em webinar da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional), o secretário lembrou que o imposto existe desde 1988 e até hoje não foi regulamentado. “Esse tempo todo em que o tributo existe e não foi regulamentado certamente decorre de uma avaliação não muito segura, não só do seu potencial de arrecadação como também dos riscos associados a uma tributação como essa.”

Tostes acrescentou que alguns dos países que instituíram o imposto acabaram optando por flexibilizá-lo ou extingui-lo. “Ficou famoso alguns anos atrás, na França. Quando subiram esse imposto, inúmeros cidadãos ilustres franceses transferiram sua cidadania para outros países.”

Ele reforçou que os princípios da reforma tributária do governo são a simplificação do sistema, a manutenção da atual carga tributária e a criação de um sistema mais

progressivo. Neste sentido, disse, será necessário fazer a revisão de isenções e incentivos tributários, que somam R\$ 320 bilhões (4,5% do PIB).

No caso da pessoa jurídica, está sendo estudado como diminuir a complexidade na forma de apuração do lucro real. Além disso, estão sendo discutidas formas de reduzir os encargos tributários e previdenciários que incidem sobre a folha de salário. Ele não deu detalhes de como isso seria feito.

A reforma tributária deve priorizar a reformulação da estrutura sobre o consumo, maior base de arrecadação e onde estão os maiores conflitos, na visão de Tostes. Passada a pandemia, a equipe voltará a se reunir com Estados e municípios para dar andamento às discussões.

Sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), disse que o tributo tem se mostrado bastante distorcido ao longo dos anos e tem pouca eficiência arrecadatória. A ideia é transformá-lo em imposto seletivo incidente sobre bens de externalidades negativas. Destacou ainda que este não é o momento para entrar na discussão da Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), mas que o assunto poderia ser incluído no debate.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTO MANIA APP

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

Emissões internacionais de títulos de dívida superam os US\$ 15 bi

Vale engrossa lista de empresas brasileiras a buscar recursos fora

Por **Ana Paula Ragazzi** — De São Paulo

07/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Campos, do BofA: número é relevante para o conturbado 2020 e é possível que o ano feche repetindo o patamar de 2019 — Foto: Silvia Zamboni/Valor

As empresas brasileiras voltaram a acessar o mercado de dívida internacional. Ontem foi a vez de a Vale engrossar a lista de captações externas, que já tinha, entre outros nomes, Petrobras, Rumo, Andrade Gutierrez, BV (ex-Banco Votorantim), Raízen e Nexa Resources, além do Tesouro Nacional. A expectativa é que o mercado continue ativo em julho.

Por conta de os meses de janeiro e fevereiro terem sido muito fortes para essas operações, o volume de 2020 já representa pouco mais da metade dos US\$ 30 bilhões que foram captados em todo o ano de 2019. Na avaliação de Pedro Campos, responsável pela área de mercado de dívidas do Bank of America (BofA) no Brasil, o número é relevante para o conturbado 2020 e é possível que o ano feche repetindo o patamar de 2019.

Lista de candidatas às emissões deverá ser relevante em julho, especialmente com volatilidade menor

“Se o mercado ficar mais estável a partir de setembro, após as férias de agosto no Hemisfério Norte, 2020 pode alcançar em termos dessas captações níveis próximos aos de 2019”, afirma Campos, que está à frente dessa área no BofA desde novembro do ano passado - o banco participou de 75% das emissões realizadas este ano, incluindo a emissão soberana de US\$ 3,5 bilhões.

A lista de candidatas às emissões deverá ser relevante em julho, especialmente num ambiente de volatilidade menor. O principal risco hoje para a estabilidade nos mercados tende a ser as eleições americanas, em novembro.

Ano passado, o mercado doméstico chegou a oferecer concorrência às emissões externas, com taxas mais favoráveis e prazos mais longos. No entanto, os retornos ficaram tão magros por aqui, em função do excesso de demanda de fundos de crédito com liquidez diária, que o mercado acabou passando por um ajuste a partir de outubro.

Para piorar, com o estouro da pandemia no fim de fevereiro, resgates nos fundos provocaram uma onda de vendas e uma disparada das taxas dos papéis no mercado secundário doméstico, conseqüentemente, paralisando novas emissões. Com isso, o mercado internacional voltou a ficar mais atrativo para muitas companhias.

“O começo do ano foi muito forte para as emissões externas por conta dos ‘yields’ nas mínimas históricas. Tivemos nove emissões de Brasil só em janeiro e fevereiro”, afirma Campos. Em fevereiro veio a temporada de balanços, depois a pandemia e algumas operações que poderiam ter saído no primeiro trimestre foram adiadas.

“Os emissores têm sido pacientes para esperar uma recuperação de mercado. Maio e junho foram meses de melhora nos níveis de preços no secundário e vários papéis já se recuperaram daquela venda exagerada que derrubou os preços”, diz Campos. Segundo ele, agora, os investidores estão receptivos a novas emissões, por estarem com muita liquidez.

O mercado de títulos de dívida corporativa global chegou a paralisar por algumas semanas com o estouro da crise, porque as taxas ficaram “disfuncionais” - papéis com boa classificação de risco (“high grade”) estavam sendo negociados a taxas de títulos de alto risco (“high yield”). Por conta disso, o Federal Reserve, banco central americano, atuou na compra de papéis no mercado secundário, para normalizar a cadeia de taxas das operações de crédito.

Depois que as taxas se acomodaram, o mercado reabriu e no segundo trimestre houve recorde de emissões por lá. No mundo de juros muito próximos a zero, papéis de emergentes da América Latina têm oferecido taxas mais atrativas para os investidores, por isso as emissões têm encontrado demanda muito forte, de cinco a seis vezes o valor ofertado, explica uma fonte.

Semana passada, o conselho de administração da Raízen aprovou uma emissão de até US\$ 300 milhões, com remuneração de 5,30% ao ano e vencimento em 2027 - será uma reabertura de uma bônus de US\$ 500 milhões realizado em 2017. Já a Rumo levantou US\$ 500 milhões em “green bonds” (títulos verdes), com vencimento em 2028 e retorno de 5,25%.

Mesmo a Andrade Gutierrez, que tem o rating “CCC-” da Fitch, definido como “extremamente especulativo”, captou mais US\$ 30 milhões com reabertura de operação de dezembro de 2019 e vencimento em 2024, num total de US\$ 425 milhões. Na nova emissão, pagou uma taxa de 9,5%.

Antes delas, em maio, a Petrobras reabriu o mercado externo para operações brasileiras e captou US\$ 3,25 bilhões. Foram duas tranches, de 10 e 30 anos, com taxas de 5,60% e 7,30%, respectivamente. Depois, a Nexa, de mineração e metalurgia que tem como sócios a Votorantim e a peruana Milpo, levantou US\$ 500 milhões em bônus de sete anos e retorno de 6,625%. E o banco BV concluiu sua primeira emissão de green bonds no valor de US\$ 50 milhões - a operação ficou com um único investidor institucional europeu. Os papéis, que têm vencimento em 2024, saíram com taxa de 3,35%.

Segundo uma fonte do mercado, chama a atenção a diversidade de tamanho e de operações, de empresas nas mais variadas situações, o que mostra a forte demanda por essas operações. Nos últimos dias, bancos da América Latina fizeram emissões de dívida subordinada, um instrumento híbrido de dívida e capital - o detentor do papel é o último da fila a receber em caso de falência e, por isso, costuma ter um retorno bem maior. Antes da crise, em fevereiro, o Itaú levantou US\$ 700 milhões em bônus perpétuos.

Campos, do BofA, acredita que o mercado externo vai ser acessado por uma combinação de empresas que têm receitas em dólares, e possuem o chamado "hedge" natural, mas também por aquelas com receitas em reais, mas que buscam capital de longo prazo. "Apesar de o custo de fazer o 'swap' [operação de proteção cambial] nem sempre ser tão atrativo, a diversificação da base de investidores, o tamanho e o prazo mais longo das operações lá fora tendem a atrair as empresas", diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

Auxílio tira 5,6 milhões de crianças da miséria

Se retirado o benefício emergencial da renda dessas famílias, o total de crianças abaixo da linha de extrema pobreza subiria para 7,9 milhões em maio, aponta cálculo do Ibre/FGV

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

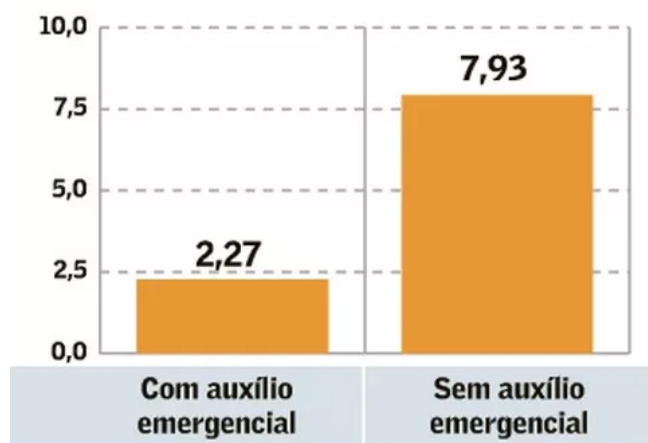
07/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Benefício na infância

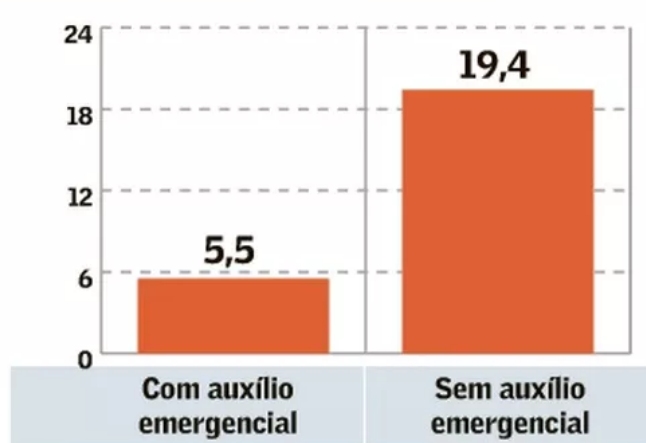
Cálculos mostram impactos do auxílio emergencial na pobreza

■ Crianças de zero a 13 anos em pobreza extrema

Em milhões de crianças



Em proporção ao total de crianças - %



Fonte: Ibre/FGV

O auxílio emergencial de R\$ 600 distribuído pelo governo a partir de abril evitou que 5,6 milhões de crianças (zero a 13 anos) passassem para debaixo da linha de extrema pobreza no Brasil durante a pandemia, mostram cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), obtidos pelo **Valor**.

De acordo com o levantamento, que tem como base microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid, do IBGE, 2,27 milhões de crianças estavam abaixo da linha de extrema pobreza em maio, ou seja, viviam com menos de US\$ 1,90 de renda domiciliar per capita por dia - o cálculo soma todas as rendas da família, inclusive do auxílio, e divide pelo número de moradores.

Se retirado o auxílio emergencial da renda dessas famílias, o total de crianças abaixo da linha de extrema pobreza subiria para 7,9 milhões em maio, cálculo que já assume que essas famílias continuaram recebendo o benefício Bolsa Família. Nesse cenário, essa miséria monetária seria de 19,4% do total, em vez dos atuais 5,5% calculados com o auxílio.

O auxílio emergencial contribuiu para evitar o aumento da miséria não apenas entre crianças, mas da população em geral. Seus efeitos foram proporcionalmente maiores, porém, entre as famílias com crianças. Nos cálculos do Ibre/FGV, a parcela extremamente pobre da população total estaria em 13,3% sem o auxílio, em vez dos 4,2% estimados para maio.

Num momento em que o governo ainda não oficializou a forma como pretende manter o auxílio emergencial, o reflexo positivo do programa de distribuição de renda durante a pandemia reforçou a discussão entre especialistas sobre a importância de um programa de transferência de recursos com critério de pobreza infantil.

Autor dos cálculos, Daniel Duque diz que as famílias mais pobres ainda tendem a ter um número maior de filhos, embora a taxa de fecundidade esteja em queda para todas as faixas de renda. Além disso, o programa do governo prevê que mães solteiras recebam duplo benefício, ou seja, R\$ 1.200 por parcela.

“Houve sensibilidade do Congresso de dar benefício duplo para mães solteiras. É uma população mais vulnerável, especialmente em um momento de escolas fechadas. São mães que ficaram sem capacidade de entrar no mercado de trabalho, por terem que cuidar dos filhos e não ter com quem deixá-los”, afirma ele.

Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo (USP), Rogério Barbosa tem estudado e simulado exaustivamente cenários de um

programa de renda básica infantil no Brasil. Em comum, os resultados mostram custo fiscal expressivo e elevada capacidade de redução da pobreza e da pobreza extrema no país.

Um dos cenários mostra que 27 milhões de lares poderiam ser beneficiados por programa de renda básica voltado a crianças de zero a 14 anos. Se o benefício pago fosse de R\$ 522,50 mensais por criança, o programa custaria R\$ 259,4 bilhões por ano, mas reduziria de 18,7% para 7,8% a pobreza no país, considerada linha de R\$ 348,33 per capita mensal.

Num programa de renda básica para crianças de zero a 14 anos, ele explica, qualquer família com pessoas nessa faixa etária receberia o benefício - seja ela pobre ou rica. Segundo ele, isso não significa, porém, que o programa seria mal focalizado, uma vez que a maioria das crianças e adolescentes viveria em uma situação de pobreza.

“Um programa assim também pagaria benefício para crianças mais ricas, que moram em Ipanema, no Alto Pinheiros, por causa da impossibilidade de separá-los dos demais. Seria preciso pensar em um esquema de tributação progressiva que compensasse isso, como na questão da dedução da educação no imposto de renda”, afirma Barbosa.

O pesquisador reconhece que não está necessariamente convencido de que a renda básica infantil é o melhor caminho a ser seguido e que vem debatendo o tema com outros economistas. “As crianças são um bom critério de focalização para alcançar as famílias mais pobres. O problema é, além das fontes de financiamento, como ficariam as famílias mais pobres sem filho”, avalia o economista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTOMANIA APP

Veículo: Estadão	
Data: 07.07.2020	Caderno: Economia



Tributando dividendos

Reduzir tributo da empresa e tributar a distribuição é pouco para definir um bom modelo de tributar a renda

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

07 de julho de 2020 | 04h00

Um dos temas recorrentes na discussão sobre a reforma tributária é a necessidade de o **Brasil** passar a tributar a distribuição de lucros e dividendos, a exemplo do que é feito pela maioria dos países desenvolvidos. O modelo brasileiro de isenção na distribuição dos dividendos é percebido – em parte de forma equivocada e em parte de forma correta – como um benefício para as pessoas mais ricas, que detêm a maior parte do capital empresarial do País.

Essa percepção é equivocada, pois a tributação do lucro na empresa é, efetivamente, uma antecipação do imposto sobre a renda devido pelos seus proprietários. Como a alíquota incidente sobre o lucro na empresa é de 34% no Brasil (superior à alíquota máxima do **Imposto de Renda** das pessoas físicas – IRPF), não haveria, em princípio, um tratamento favorecido dos donos do capital.

No entanto, em muitos casos há, de fato, uma baixa tributação da renda percebida pelos proprietários das empresas. Isso ocorre quando a alíquota efetiva incidente sobre o lucro é muito inferior a 34%, o que acontece quando há redução da base tributável ou do imposto devido na empresa. Essa é uma situação muito comum nos regimes simplificados de tributação, mas é uma situação que também ocorre no caso de grandes empresas.

Por outro lado, a elevada tributação na empresa tem um efeito negativo sobre a competitividade dos investimentos domésticos. Desde o final dos anos 1980 observa-se uma tendência mundial de redução na tributação da renda corporativa, num ambiente de disputa pela atração de investimentos. Atualmente, entre os países da **OCDE**, a alíquota média do imposto sobre a renda corporativa incidente na empresa é de 23,4%. Em contrapartida, quando considerada também a tributação na distribuição dos lucros, essa alíquota sobe para 41,6%.

Nesse contexto, faz sentido mudar o regime brasileiro de tributação dos lucros, reduzindo a tributação na empresa e introduzindo a tributação na distribuição dos dividendos (idealmente integrada às alíquotas progressivas do IRPF), aproximando o modelo brasileiro do observado na maioria dos países desenvolvidos. Tal mudança ampliaria a competitividade do Brasil na atração de investimentos e mitigaria as distorções distributivas do regime atual, que ocorrem quando há baixa tributação na empresa.

Aparentemente, há hoje uma razoável compreensão sobre as vantagens de uma reforma da tributação dos lucros que reduza a tributação na empresa e introduza a tributação na distribuição. Mas isso é muito

pouco para definir um bom modelo de tributação da renda, por vários motivos.

Em primeiro lugar, o lucro é apenas uma das formas de percepção da renda do capital, que pode ser recebida também na forma de juros, aluguéis e ganhos de capital. Para que o sistema tributário seja neutro e eficiente, o ideal é que trate da forma mais homogênea possível essas quatro modalidades de renda.

Em segundo lugar, há bons motivos para que o rendimento normal do capital (ou seja, a rentabilidade correspondente à taxa de juros sem risco) seja menos tributado que o rendimento excedente. Não há razão para que o rendimento de uma aplicação financeira de baixo risco (hoje sujeito a uma alíquota de 15%) seja menos tributado que rendimento equivalente obtido num investimento produtivo.

Em terceiro lugar, a redução da alíquota incidente na empresa deveria vir acompanhada de medidas de ampliação da base tributável, a exemplo do que vem sendo feito pela maioria dos países que reduziram a tributação da renda corporativa.

Por fim, no caso das pequenas empresas, é muito difícil distinguir a renda do capital da renda do trabalho dos sócios. Neste caso, é recomendável que haja uma aproximação entre a tributação dos lucros e a tributação da renda do trabalho.

Todos esses pontos, além da necessidade de garantir a competitividade das nossas empresas, deveriam ser considerados numa mudança do regime brasileiro de tributação dos lucros. O diabo mora nos detalhes.

Veículo: Estadão	
Data: 07.07.2020	Caderno: Economia



Proposta de reforma tributária do governo deve retirar incentivos do Imposto de Renda, diz Tostes

Em live organizada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, o secretário afirmou que o governo federal quer dar maior progressividade à tributação

Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

06 de julho de 2020 | 18h24

BRASÍLIA — O secretário da **Receita Federal**, **José Tostes**, disse que a proposta de [reforma tributária](#) do governo federal passará por retirar benefícios e incentivos no **Imposto de Renda**, tanto para pessoas jurídicas quanto para físicas.

Em live organizada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Tostes afirmou que o governo quer dar maior progressividade à tributação, o que implica em rever benefícios e incentivos sobre a tributação do capital.

Tostes ressaltou que, apesar de haver consenso da necessidade de ajustar o sistema tributário, a concordância termina por aí. “Há dificuldade de convergir para proposta consensual de reforma tributária. As competências e a repartição de recursos entre os três níveis de governo é desafio”, afirmou.

O secretário disse que o primeiro passo da reforma tributária deve ser as mudanças em tributos sobre o consumo, especialmente o [PIS/Cofins](#) e o [IPI](#). Ele repetiu que o governo vem trabalhando em uma proposta de criação do Imposto sobre Valor Adicionado ([IVA](#)) federal e que considera reduzir encargos sobre a folha de salários. “Queremos dar estímulos para a geração de empregos, sobretudo nesse momento da pandemia”, completou.

De acordo com o secretário, ainda não é o momento de entrar na discussão da reforma tributária a revisão da CIDE. Tostes disse também que o governo não trabalha com proposta sobre regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, mas recebe e avalia projetos que tramitam com esse tema no Congresso Nacional

Carf

Na transmissão, Tostes defendeu que o modelo de contencioso tributário brasileiro seja revisto. Atualmente, quem é autuado pela Receita Federal pode recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ([Carf](#)) e também à **Justiça**, o que leva em média 14 anos.

“É evidente que esse modelo tem que ser rediscutido. Temos que buscar alternativas disruptivas, que tragam nova estrutura”, afirmou.

O secretário citou outros modelos, como o de países em que o contribuinte que opta pela via administrativa não pode recorrer à judicial e outros em que a decisão administrativa é considerada uma primeira instância.